



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, dezembro/2011

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Barbosa

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra

SUBSECRETÁRIOS

Cleber Ubiratan de Oliveira

Eduardo Coutinho Guerra

Gilvan da Silva Dantas

Líscio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

COORDENADOR DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Felipe Palmeira Bardella

EQUIPE

Alexandre Bueno Damado

Andresa Costa Biason

Bruno de Sousa Simões

Bruno Fabrício Ferreira da Rocha

Gregório Diniz

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Karla de Lima Rocha

Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco P, anexo, 1º andar, ala B, sala 134
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 17, n. 11 (nov. 2011). – Brasília : STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças públicas – Periódicos. 2.Receita pública – Periódicos. 3.Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em novembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 4,6 bilhões, contra superávit de R\$ 11,2 bilhões, em outubro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,0 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 4,2 bilhões e R\$ 136,6 milhões, respectivamente.

Em novembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 4,6 bilhões.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 2010-2011

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	OUT 2011	NOV 2011	JAN - NOV 2010 2011	
I. RECEITA TOTAL	86.715,0	79.736,3	821.854,0	890.043,8
I.1. Receitas do Tesouro	65.988,5	58.973,7	638.384,1	676.586,3
I.1.1. Receita Bruta (1)	68.853,8	60.791,5	651.976,8	691.872,3
I.1.1.1. Impostos	35.366,3	27.889,0	264.430,1	322.940,3
I.1.1.2. Contribuições	25.306,9	23.068,8	222.666,7	262.891,8
I.1.1.3. Demais	8.180,5	9.833,7	164.880,0	106.040,2
<i>d/q Cessão Onerosa Exploração de Petróleo</i>	0,0	0,0	74.807,6	0,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.841,9	-1.817,9	-13.494,1	-15.012,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-23,5	0,0	-98,6	-273,1
I.2. Receitas da Previdência Social	20.521,6	20.559,0	181.444,6	211.192,7
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	20.047,9	20.139,3	177.123,4	206.359,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	473,7	419,7	4.321,2	4.833,4
I.3. Receitas do Banco Central	204,9	203,7	2.025,2	2.264,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	15.247,2	15.152,4	123.964,5	153.105,6
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	71.467,7	64.583,9	697.889,5	736.938,2
IV. DESPESA TOTAL	60.272,1	59.974,4	633.363,9	645.813,3
IV.1. Despesas do Tesouro	38.145,5	34.858,4	402.856,5	391.147,8
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	13.530,5	15.303,9	147.762,4	160.429,2
IV.1.2. Custeio e Capital	24.429,9	19.369,3	253.991,6	228.758,3
IV.1.2.1. Despesa do FAT	3.435,0	2.414,0	27.836,3	31.812,5
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.837,2	706,3	7.595,9	10.051,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	2.113,7	2.112,7	20.332,1	22.783,6
IV.1.2.4. Capitalização da Petrobras	0,0	0,0	42.927,8	0,0
IV.1.2.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	17.044,0	14.136,2	155.299,4	164.111,1
IV.1.2.5.1. Outras Despesas de Custeio	13.612,6	10.158,9	115.477,3	125.353,4
IV.1.2.5.2. Outras Despesas de Capital	3.431,3	3.977,3	39.822,1	38.757,8
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	185,2	185,2	1.102,5	1.960,3
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	21.849,8	24.775,7	227.809,6	251.624,9
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	17.146,9	18.600,1	177.522,0	195.852,9
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	4.702,9	6.175,6	50.287,6	55.772,0
IV.3. Despesas do Banco Central	276,8	340,3	2.697,8	3.040,6
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	11.195,6	4.609,5	64.525,6	91.124,9
VI.1. Tesouro Nacional	12.595,7	8.962,9	111.563,1	132.332,9
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-1.328,1	-4.216,7	-46.365,0	-40.432,2
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	2.901,0	1.539,2	-398,6	10.506,4
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-4.229,1	-5.755,9	-45.966,3	-50.938,6
VI.3. Banco Central (6)	-72,0	-136,6	-672,5	-775,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			1,88%	2,41%

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Despesa correspondente à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme previsto na Lei nº 11.887/2008, na MP nº 513/2010 e no Decreto nº 6.713/2008.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN - NOV %		
DISCRIMINAÇÃO	10/09	11/10
Receitas*	24,6%	8,3%
Tesouro*	27,4%	6,0%
Previdência	16,0%	16,4%
Transferências	8,9%	23,5%
Receita Líquida*	27,8%	5,6%
Despesas**	24,6%	2,0%
Benefícios	13,3%	10,5%
Pessoal	9,6%	8,6%
Custeio, Capital e Outros**	50,3%	-9,9%
FAT	10,1%	14,3%
Subsídios	61,3%	32,3%
LOAS/RMV	17,5%	12,1%
Outras	27,7%	5,7%
Custeio	22,2%	8,6%
Capital	46,6%	-2,7%
PIB	17,1%	10,2%

*Inclui receita de cessão onerosa de exploração de petróleo;

**Inclui despesa de capitalização da Petrobras

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R\$ 8,1 bilhões (11,7%), passando de R\$ 68,9 bilhões, em outubro, para R\$ 60,8 bilhões, em novembro. Este comportamento decorreu, principalmente, dos seguintes

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	23,98%	23,56%
Transferências	3,62%	4,05%
Receita Líquida	20,36%	19,50%
Despesa Total	18,48%	17,09%
Resultado Primário	1,88%	2,41%

fatores: i) redução de R\$ 6,0 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R\$ 2,3 bilhões na CSLL, em função do pagamento, no mês anterior, da 1ª cota ou cota única referentes à apuração encerrada no mês de setembro; ii) diminuição da arrecadação da Cota Parte de Compensações Financeiras, inferior em R\$ 3,2 bilhões à do mês anterior devido ao recolhimento trimestral, em outubro, da participação especial pela produção e exploração de petróleo e gás natural; iii) redução de R\$ 448,8 milhões na arrecadação de IPI; iv) do aumento de R\$ 2,1 bilhões na arrecadação de dividendos; v) elevação de R\$ 1,6 bilhão em Demais Receitas do Tesouro Nacional – Outras.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/11	NOV/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	10.374,9	10.907,7
CIDE-Combustíveis	589,6	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	812,5	812,5
Demais	3.470,2	3.432,2
Total	15.247,2	15.152,4

¹Inclui auxílio financeiro

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 15,2 bilhões em novembro, mantendo o patamar apresentado no mês anterior. Esse comportamento resulta de: i) incremento de R\$ 532,9 milhões nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros); ii) diminuição de R\$ 38,0 milhões nas demais transferências, impactadas, especialmente, pela redução de R\$ 1,3 bilhão relativo ao Fundeb, de acordo com cronograma 2011 (Portaria Interministerial nº 477/2011), e pelo aumento de R\$ 1,5 bilhão nas transferências de Royalties relativos à Lei nº 9.478/97; e iii) decréscimo de R\$ 589,6 milhões nas transferências da CIDE, devido à transferência trimestral realizada em outubro.

As despesas do Tesouro Nacional diminuiram R\$ 3,3 bilhões em relação a outubro.

Do lado dos dispêndios, verificou-se redução de R\$ 3,3 bilhões (8,6%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a outubro. Essa evolução decorreu: i) da redução de R\$ 5,1 bilhões das despesas de custeio e capital, sendo essas compostas pelas reduções de R\$ 2,9 bilhões em outras despesas de custeio e capital, R\$ 1,1 bilhão das despesas com subsídios e subvenções econômicas e R\$ 1,0 bilhão das despesas do FAT; e ii) do crescimento de R\$ 1,8 bilhão das despesas com pessoal e encargos sociais.

O decréscimo das despesas do FAT decorre da redução do pagamento de abono e seguro desemprego, no montante de R\$ 1,0 bilhão, em cumprimento ao calendário referente ao período 2011/2012 (agosto/2011 a julho/2012), regulamentado pela Resolução Codefat nº 668, de 28 de junho de 2011.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receita Total	821.854,0	890.043,8
Transferências	123.964,5	153.105,6
Receita Líquida	697.889,5	736.938,2
Despesa Total	633.363,9	645.813,3
Resultado Primário	64.525,6	91.124,9

A diminuição das despesas com subsídios e subvenções econômicas reflete o recuo de R\$ 1,2 bilhão nos gastos com equalizações no âmbito das operações oficiais de crédito, especialmente aqueles relacionados aos programas de Custeio Agropecuário, Preços Agrícolas, Pronaf e Fundo da Terra/Incrá.

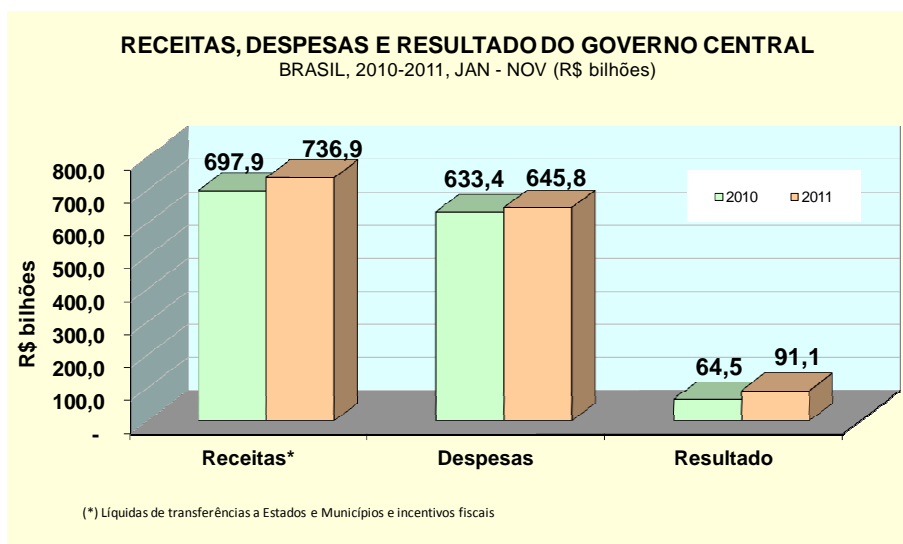
As Outras Despesas de Custeio e Capital foram impactadas pelas reduções de: i) R\$ 817,3 milhões nas despesas do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC; ii) R\$ 744,0 milhões nos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE), cujo desembolso de 2011 foi concentrado no mês de outubro; e iii) R\$ 1,1 bilhão das despesas discricionárias, com destaque para as reduções das despesas dos Ministérios da Fazenda, Agricultura e Desenvolvimento Agrário.

As despesas com pessoal, por outro lado, apresentaram crescimento de R\$ 1,8 bilhão frente ao mês de outubro principalmente em função dos encargos vinculados à retenção do imposto de renda dos servidores do Poder Executivo, relativo à gratificação natalina.

A Previdência Social apresentou déficit de R\$ 4,2 bilhões, contra déficit de R\$ 1,3 bilhão apurado em outubro. A receita líquida do RGPS cresceu R\$ 37,4 milhões em relação ao mês anterior. Os benefícios previdenciários apresentaram um crescimento de R\$ 2,9 bilhões explicado, sobretudo, pelo pagamento da segunda parcela da gratificação natalina à metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 1,5 bilhão no mês, contra R\$ 2,9 bilhões em outubro. A parcela rural apresentou, em novembro, déficit de R\$ 5,8 bilhões, contra R\$ 4,2 bilhões registrado no mês anterior.

No acumulado do ano, o superávit primário do Governo Central atingiu R\$ 91,1 bilhões frente a um superávit de R\$ 64,5 bilhões, no mesmo período de 2010, registrando-se, portanto, um aumento de R\$ 26,6 bilhões ou 41,2%, na comparação entre os dois períodos. Essa evolução reflete o crescimento de R\$ 20,8 bilhões (18,6%) no superávit do Tesouro Nacional e a redução de R\$ 5,9 bilhões (12,8%) no déficit da Previdência Social.

No acumulado de janeiro a novembro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 91,1 bilhões, superior em R\$ 26,6 bilhões ao apurado no mesmo período de 2010.



RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Receitas do Tesouro*	18,63%	17,91%
Transferências	3,62%	4,05%
Despesas do Tesouro	11,75%	10,35%
FSB	0,00%	0,00%
Resultado Primário	3,26%	3,50%

* Líquidas de restituições e incentivos fiscais

A receita bruta do Tesouro Nacional, de janeiro a novembro de 2011, apresentou crescimento de R\$ 39,9 bilhões (6,1%) relativamente ao mesmo período de 2010. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) crescimento do IRPJ (R\$ 17,5 bilhões, 21,7%) e da CSLL (R\$ 13,2 bilhões, 31,5%) devido ao desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas

ocorrido no último trimestre de 2010 e no primeiro semestre de 2011, bem como, no caso da CSLL, do pagamento de débito em atraso no valor de R\$ 5,8 bilhões e, no caso do IRPJ, também em função de reclassificação por estimativa ocorrida em 2011, no valor de R\$ 4,4 bilhões; ii) incremento na arrecadação de Cofins (R\$ 18,0 bilhões, 14,3%) e PIS/Pasep (R\$ 5,1 bilhões, 15,5%) devido ao aumento no volume de vendas, ao crescimento da arrecadação da Cofins/PIS incidente sobre importações e ao recolhimento extraordinário de depósitos judiciais e acréscimos legais; iii) aumento da arrecadação de IRRF (R\$ 19,5 bilhões, 22,0%), especialmente nas rubricas Rendimentos do Trabalho (R\$ 8,6 bilhões, 15,9%), Rendimentos do Capital (R\$ 8,1 bilhões, 43,1%) e Remessas ao Exterior (R\$ 2,1 bilhões, 21,5%); e iv) crescimento da arrecadação de IPI (R\$ 7,1 bilhões, 19,8%) devido à dinâmica geral da economia e a alterações na legislação tributária.

As demais receitas apresentaram redução de R\$ 58,8 bilhões (35,7%) em relação ao período de janeiro a novembro de 2010, em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

Houve elevação de R\$ 29,1 bilhões (23,5%) nas transferências a Estados e Municípios de janeiro a novembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

No período de janeiro a novembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 29,1 bilhões (23,5%). A referida evolução decorreu: i) do crescimento de R\$ 23,1 bilhões (25,2%) nas transferências constitucionais (IPI, IR e outras), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) do incremento de R\$ 3,2 bilhões (65,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011. Cumpre destacar que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

As despesas do PAC cresceram R\$ 3,4 bilhões (17,2%) em 2011, em comparação com o mesmo período de 2010.

No período de janeiro a novembro de 2011, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram decréscimo de R\$ 11,7 bilhões (2,9%) frente ao mesmo período de 2010 em função, principalmente, da despesa com operação de Capitalização da Petrobras, no valor de R\$ 42,9 bilhões, ocorrida em setembro de 2010 e sem contrapartida em 2011. Destacam-se também os aumentos: i) de R\$ 12,7 bilhões (8,6%) nas despesas com pessoal e encargos sociais (como percentual do PIB, essa rubrica registrou redução de 0,07 p.p); ii) de R\$ 8,3 bilhões (7,1%) nas despesas discricio-

nárias; iii) de R\$ 3,4 bilhões (17,2%) nas despesas do PAC; e iv) de R\$ 2,5 bilhões nas despesas com LOAS/RMV (12,1%).

Por fim, o déficit da Previdência Social foi reduzido em R\$ 5,9 bilhões (12,8%) quando comparado o período de janeiro a novembro de 2010, alcançando R\$ 40,4 bilhões, frente aos R\$ 46,4 bilhões apurados no mesmo período do ano anterior. A arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 29,7 bilhões (16,4%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários aumentaram R\$ 23,8 bilhões (10,5%). Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou superávit de R\$ 10,5 bilhões e a parcela rural registrou déficit de R\$ 50,9 bilhões.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 60,8 bilhões em novembro, contra R\$ 68,9 bilhões verificados em outubro de 2011 (redução de 11,7%). Este comportamento é explicado pela redução de R\$ 7,5 bilhões em impostos e de R\$ 2,2 bilhões em contribuições. Em contrapartida, as demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 1,7 bilhão.

As receitas de impostos federais totalizaram R\$ 27,9 bilhões e as de contribuições R\$ 23,1 bilhões, apresentando em seu conjunto redução de R\$ 9,7 bilhões (16,0%) em relação aos valores apurados em outubro. Esse resultado reflete os decréscimos de R\$ 6,0 bilhões (47,2%) no IRPJ e R\$ 2,3 bilhões (39,5%) na CSLL, influenciados pelo pagamento, no mês anterior, da 1ª cota ou cota única desses tributos, referente à apuração trimestral encerrada no mês de setembro/2011.

As demais receitas do Tesouro Nacional apresentaram elevação de R\$ 1,7 bilhão (20,2%), explicada, principalmente, pelo aumento de R\$ 2,1 bilhões na arrecadação de dividendos e de R\$ 1,6 bilhão em Demais Receitas do Tesouro Nacional – Outras, decorrentes, principalmente, da consolidação dos débitos da Lei nº 11.941/2009.

Em termos percentuais do PIB, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 18,3% de janeiro a novembro de 2011, dos quais 8,5% correspondem à arrecadação de impostos, 7,0% à de contribuições e 2,8% às demais receitas.

Na comparação com o período de janeiro a novembro de 2010, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento nominal de R\$ 39,9 bilhões (6,1%), passando de R\$ 652,0 bilhões para R\$ 691,9 bilhões. Esse comportamento deveu-se, em grande medida, ao crescimento dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de tributos, como a produção industrial, o volume geral de vendas e a massa salarial. Cumpre destacar também:

O déficit da Previdência Social reduziu-se em R\$ 5,9 bilhões (12,8%) relativamente ao período de janeiro a novembro de 2010, atingindo o equivalente a 1,07% do PIB, frente um déficit equivalente a 1,35% do PIB em igual período de 2010.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 11,7% relativamente ao mês anterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/11	NOV/11
Impostos	35.366,3	27.889,0
Imposto de Renda	25.426,8	18.328,5
IPI	4.587,3	4.138,5
Outros	5.352,3	5.422,0
Contribuições	25.306,9	23.068,8
Cofins	13.536,4	13.729,9
CPMF	6,4	23,5
CSLL	5.921,9	3.585,0
Cide - Combustíveis	936,5	636,6
Outras	5.005,7	5.093,7
Demais	8.180,5	9.833,7
Cota parte	4.765,5	1.552,0
Diretamente Arrecadada	2.382,5	3.013,5
Dividendos da União	9,1	2.100,7
Concessões	39,6	17,8
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	-	-
Outras	983,8	3.149,8
Total Bruto	68.853,8	60.791,5

* Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

No acumulado de janeiro a novembro de 2011, o crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional refletiu a dinâmica geral da economia, além do efeito decorrente de recolhimento de débito em atraso por questão judicial e as alterações na legislação.

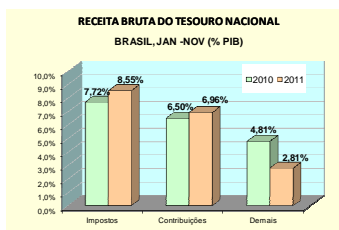
i) o recolhimento de R\$ 5,8 bilhões de débito em atraso referente à CSLL, em razão de encerramento de questão judicial; ii) a alteração na legislação com o encerramento das desonerações relativas ao IPI incidente sobre automóveis a partir de abril de 2010; e iii) o aumento de R\$ 12,2 bilhões decorrentes da consolidação/antecipação de parcelas, em junho e julho de 2011, de débitos da Lei nº 11.941/2009.

O crescimento na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 17,5 bilhões (21,7%) no IRPJ e de R\$ 13,2 bilhões (31,5%) na CSLL, explicado por: i) desempenho decorrente da apuração de resultado das empresas ocorrido no último trimestre de 2010 e primeiro semestre de 2011, em relação aos mesmos períodos de 2009 e 2010; ii) pagamento de débito em atraso da CSLL, no valor de R\$ 5,8 bilhões; e iii) crescimento no IRPJ, em função de reclassificação por estimativa, no valor de R\$ 4,4 bilhões, aplicados sobre depósitos da Lei nº 11.941/2009.
- b) crescimento de R\$ 19,5 bilhões (22,0%) no IRRF, devido, especialmente: i) à elevação de R\$ 8,6 bilhões (15,9%) do IRRF – Rendimentos do Trabalho, decorrente do aumento nominal de 14,64% da massa salarial habitual nos meses de dezembro de 2010 a outubro de 2011, em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao aumento de R\$ 8,1 bilhões (43,1%) do IRRF – Rendimentos do Capital, decorrente, principalmente, do ganho obtido no resgate de aplicações financeiras de renda fixa nos meses de janeiro a novembro de 2011, cuja arrecadação apresentou crescimento de 43,38% em relação ao mesmo período de 2010, e do crescimento de 65,97% no imposto de renda incidente sobre juros remuneratórios sobre o capital próprio; e iii) ao crescimento de R\$ 2,1 bilhões (21,5%) de IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pelos aumentos nominais observados nos itens “rendimentos do trabalho” e “juros sobre capital próprio” de residentes no exterior.
- c) incremento de R\$ 18,0 bilhões (14,3%) na Cofins e de R\$ 5,1 bilhões (15,5%) no PIS-Pasep, devido, sobretudo: i) ao crescimento de 8,1% no volume geral de vendas de dezembro de 2010 a outubro de 2011 em relação ao mesmo período de 2009/2010; ii) ao acréscimo significativo da Cofins/PIS incidente sobre as importações, entidades financeiras e recolhimentos do comércio em geral; e iii) recolhimentos extraordinários de depósitos judiciais e acréscimos legais.
- d) incremento de R\$ 7,1 bilhões (19,8%) na arrecadação de IPI, explicado principalmente pelos seguintes itens: i) IPI – Automóveis, devido ao término da redução temporária das alíquotas desse imposto a partir de 31 de março de 2010; ii) IPI – Vinculado às Importações, decorrente principalmente da elevação de 26,2% no valor em dólar das importações tributadas e de 7,1% na alíquota média efetiva do imposto; bem como da redução de 6,1% na taxa

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2010	2011
Impostos	7,72%	8,55%
Imposto de Renda	5,39%	5,99%
IPI	1,04%	1,13%
Outros	1,28%	1,42%
Contribuições	6,50%	6,96%
Cofins	3,69%	3,82%
CPMF	0,00%	0,00%
CSLL	1,22%	1,45%
Cide - Combustíveis	0,21%	0,22%
Outras	1,38%	1,46%
Demais	4,81%	2,81%
Cota parte	0,68%	0,74%
Diretamente Arrecadada	0,71%	0,80%
Dividendos da União	0,58%	0,51%
Concessões	0,02%	0,05%
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	2,18%	0,00%
Outras	0,55%	0,70%
Total Bruto	19,02%	18,31%

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e Refis foram distribuídos nos respectivos tributos.



média de câmbio; e iii) IPI – Outros, devido a maiores crescimentos observados em fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos; comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; comércio atacadista, entre outros; além do término das desonerações tributárias ocorridas em 2010, relativas a móveis e eletrodomésticos; bem como da reclassificação, por estimativa, de R\$ 149,0 milhões, de R\$ 111,0 milhões, de R\$ 436,0 milhões e de R\$ R\$ 288,0 milhões, respectivamente, nos meses de janeiro, abril, julho e outubro de 2011.

- e) crescimento de R\$ 4,8 bilhões (19,8%) na arrecadação de IOF, devido a alterações nas alíquotas desse imposto nas operações de crédito da pessoa física e de câmbio, bem como crescimento no volume de operações de crédito.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou decréscimo de R\$ 58,8 bilhões (35,7%), em relação ao período de janeiro a novembro de 2010, decorrente especialmente do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa para exploração de petróleo em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

A despeito deste efeito, destacam-se as seguintes variações no itens que compõem as demais receitas do Tesouro Nacional: i) aumento de R\$ 5,9 bilhões (24,2%) nas receitas diretamente arrecadadas; ii) crescimento de R\$ 3,6 bilhões (28,5%) em outras receitas, como consequência, principalmente, do ingresso de receitas do parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 e da antecipação de recolhimentos de parcelas utilizando-se dos benefícios do inciso I do § 3º do art. 1º da referida lei (redução nos montantes de multas e juros); iii) aumento de R\$ 4,7 bilhões (20,3%) em cota parte de compensações, em função do aumento do preço internacional do petróleo; e iv) incremento de R\$ 1,3 bilhão (227,8%) em concessões, em função, especialmente, de receitas no mês de maio de 2011, referentes à outorga de serviços de telecomunicações, principalmente o montante de R\$ 843,3 milhões referentes à prorrogação dos contratos relativos às concessões do Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Móvel de Pessoal (bandas A e B).

Em novembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R\$ 15,2 bilhões, mantendo-se em patamar próximo ao apresentado no mês anterior, apresentando redução de R\$ 94,8 milhões (0,6%). Esse comportamento resulta de: i) incremento de R\$ 532,9 milhões nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros); ii) diminuição de R\$ 38,0 milhões nas demais transferências, impactadas, especialmente, pela redução de R\$ 1,3 bilhão relativo ao Fundeb, de acordo com cronograma 2011 (Portaria Interministerial nº 477/2011), e pelo aumento de R\$ 1,5 bilhão nas transferências de Royalties relativos à Lei

Em função do ingresso de R\$ 74,8 bilhões relativos à cessão onerosa de exploração de petróleo em setembro de 2010, as demais receitas apresentaram redução de R\$ 58,8 bilhões, sem contrapartida em 2011. Excluído esse efeito, tais receitas cresceram R\$ 16,0 bilhões.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/11	NOV/11
Constitucionais (IR/IPI/outros)	10.374,9	10.907,7
CIDE-Combustíveis	589,6	-
Lei Comp. nº 115/2002 ¹	812,5	812,5
Demais	3.470,2	3.432,2
Total	15.247,2	15.152,4

¹ Inclui auxílio financeiro

nº 9.478/97; e iii) redução de R\$ 589,6 milhões nas transferências da CIDE, devido à transferência trimestral realizada em outubro.

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.)		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
Decêndio	Out*	Nov
Terceiro Decêndio	10.612,8	15.142,1
Primeiro Decêndio	3.375,3	2.465,2
Segundo Decêndio	8.576,6	6.218,1
Total	22.564,8	23.825,4

* Inclui valores transferidos relativos à classificação de IR e IPI por estimativa.

Houve elevação de R\$ 29,1 bilhões (23,5%) nas transferências a Estados e Municípios no período de janeiro a novembro de 2011 em relação ao mesmo período de 2010.

No período de janeiro a novembro de 2011, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento de R\$ 29,1 bilhões (23,5%), elevando-se de R\$ 124,0 bilhões no acumulado de janeiro a novembro de 2010 para R\$ 153,1 bilhões no mesmo período de 2011. Os principais fatores explicativos dessa evolução são: i) crescimento de R\$ 23,1 bilhões (25,2%) nas transferências constitucionais (IR, IPI e outros), reflexo da maior arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI); e ii) incremento de R\$ 3,2 bilhões (65,4%) nas transferências do Fundeb (complementação da União), devido, principalmente, aos valores transferidos em janeiro e abril de 2011, em conformidade com o cronograma de repasses estabelecido pela Portaria Interministerial nº 577/2010 e ao ajuste anual da distribuição dos recursos do Fundo referente ao ano de 2010 (Portaria MEC nº 380/2011) transferido em abril de 2011.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Constitucionais (IR/IPI/outros)	91.599,7	114.724,4
CIDE - Combustíveis	1.775,7	2.109,7
Lei Comp. nº 115/20021	3.250,0	3.087,5
Demais	27.339,0	33.184,0
Total	123.964,5	153.105,6

* Valor apoio financeiro

Destaque-se que em janeiro de 2010 houve a transferência de R\$ 516,6 milhões decorrente da concessão de Apoio financeiro pela União aos Entes Federados (Lei nº 12.058/2009) referente à parcela de pagamento remanescente do exercício de 2009. Adicionalmente, em abril de 2010, as demais transferências foram impactadas pela prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, no valor de R\$ 800,0 milhões (MP nº 485/2010). Esses dois últimos valores não tiveram equivalentes em 2011.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/11	NOV/11
Pessoal e Encargos	13.530,5	15.303,9
Custeio e Capital	24.429,9	19.369,3
Despesas do FAT	3.435,0	2.414,0
Subsídios e Subvenções	1.837,2	706,3
LOAS/RMV	2.113,7	2.112,7
Outras	17.044,0	14.136,2
Transferência ao Bacen	185,2	185,2

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO		
BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/11	NOV/11
Agricultura	1.199,3	85,6
Custeio Agropecuário	411,0	9,0
Investimento Rural	-0,4	0,1
Preços Agrícolas	471,2	-20,9
- EGF	34,3	0,2
- AGF	164,5	-21,1
- Sustent. de preços	272,4	0,0
Pronaf	153,4	0,3
Pesa	19,1	49,3
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	143,1	42,6
FUNCAFE	2,0	5,1
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	78,3	13,3
PSI	0,0	0,0
Habituação (PSH)	0,0	0,0
FND	0,0	0,0
Exportação (Proex)	12,6	-2,5
Itaipu ²	65,7	15,8
Total	1.277,6	98,9

¹ Não inclui reordenamento de passivos, despesas com subvenção aos fundos regionais

² Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011

Em novembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 34,9 bilhões, contra R\$ 38,1 bilhões no mês anterior, apresentando diminuição de R\$ 3,3 bilhões (8,6%). Essa evolução decorreu principalmente da redução de R\$ 5,1 bilhões nas despesas com custeio e capital. As principais variações nesse grupo foram: i) nas outras despesas de custeio e capital (redução de R\$ 2,9 bilhões); ii) nas despesas com subsídios e subvenções econômicas (diminuição de R\$ 1,1 bilhão); e iii) nas despesas do FAT (decréscimo de R\$ 1,0 bilhão). Por outro lado, verificou-se aumento de R\$ 1,8 bilhão nos gastos com pessoal e encargos sociais, principalmente em função dos encargos vinculados à retenção do imposto de renda dos servidores do Poder Executivo relativo à gratificação natalina.

No que tange às despesas com subsídios e subvenções, a redução de R\$ 1,1 bilhão deveu-se, principalmente, às reduções de R\$ 402,0 milhões no Custeio Agropecuário, de R\$ 272,4 milhões no Programa de Sustentação de Preços Agrícolas, de R\$ 185,6 milhões nas Aquisições do Governo Federal, de R\$ 153,1 milhões no Pronaf e de R\$ 100,5 milhões no Fundo da Terra/Incrá

As despesas do FAT totalizaram R\$ 2,4 bilhões em novembro, contra R\$ 3,4 bilhões em outubro, com diminuição de R\$ 1,0 bilhão. Neste item, o paga-

mento do abono salarial observa o calendário referente ao exercício 2011/2012, regulamentado pela Resolução Codefat nº 668/2011.

Em relação às outras despesas de custeio e capital, a diminuição de R\$ 2,9 bilhões foi influenciada pelo recuo de R\$ 817,3 milhões das despesas do PAC e de R\$ 720,1 milhões nas demais despesas obrigatórias. Esta última reflete a variação do fundo de desenvolvimento ADA/ADENE (redução de R\$ 744,0 milhões), cujo desembolso foi concentrado no mês de outubro. As despesas discricionárias recuaram R\$ 1,1 bilhão influenciadas pelas reduções das despesas do Ministério da Fazenda (R\$ 170,9 milhões), do Ministério da Agricultura (R\$ 146,1 milhões) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (R\$ 106,7 milhões).

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,35% do PIB, contra 11,75% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se decréscimo de R\$ 11,7 bilhões (2,9%) em relação a 2010, decorrente da redução de R\$ 25,2 bilhões (9,9%) nas Despesas de Custeio e Capital. Este item é impactado pela despesa de R\$ 42,9 bilhões referente à capitalização da Petrobrás realizada em outubro de 2010, sem contrapartida em 2011.

Como proporção do PIB, as despesas com Custeio e Capital passaram de 7,41% para 6,05% do PIB (decréscimo de 1,36 p.p.), explicados por: i) decréscimo de 1,25 p.p. na rubrica Capitalização da Petrobras; ii) decréscimo de 0,19 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital; iii) aumento em 0,04 p.p. nas despesas de Subsídios e Subvenções Econômicas; iv) crescimento de 0,03 p.p. nas despesas do FAT e v) crescimento de 0,01 p.p. nas despesas com LOAS/RMV.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,07 p.p em relação ao PIB no período, passando de 4,31% em 2010, para 4,25% em 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 12,7 bilhões. Destaca-se o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pessoal de R\$ 5,5 bilhões em 2011, contra desembolso de R\$ 4,4 bilhões no mesmo período de 2010.

As despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R\$ 10,1 bilhões em 2011 contra R\$ 7,6 bilhões no mesmo período de 2010 em decorrência das variações positivas de R\$ 1,3 bilhão nas Operações Oficiais de Crédito e de R\$ 1,2 bilhão nas Subvenções aos Fundos Regionais. No que se refere às operações oficiais de crédito, o crescimento decorreu, principalmente, do incremento do programa de fortalecimento da agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 2,3 bilhões), do Programa de Sustentação de Investimentos – PSI (R\$ 429,0 milhões), do Custeio Agropecuário (R\$ 419,4 milhões) e do Proex (R\$ 377,7 milhões). Por outro lado, diminuíram as despesas com as Aquisições do Governo Federal - AGF (R\$ 1,7 bilhão), e com Programa de Sustentação de Preços (R\$ 402,4 milhões).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL

BRASIL, 2011 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	OUT/11	NOV/11
Precatórios e Sentenças	42,4	41,0
Legislativo	87,0	101,3
Judiciário	483,6	466,1
Crédito Extraordinário ¹	407,8	142,9
PAC ²	2.831,5	2.014,3
Outras ³	891,5	171,4
Discricionárias	12.300,1	11.199,4
d/q Min. da Saúde	4.705,3	4.865,9
Min. do Des. Social	1.883,0	1.808,7
Min. da Educação	1.961,0	2.003,3
Min. da Defesa	1.140,3	1.203,2
Min. da Ciência e Tec.	373,3	290,3
Min. do Des. Agrário	208,9	102,2
Min. da Justiça	238,9	221,3
Min. da Previdência	131,0	122,9
Min. dos Transportes	106,0	79,8
Min. das Cidades	168,2	156,4
Demais	1.384,3	345,5
Total	17.044,0	14.136,2

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento

² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistiações, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro Nacional diminuíram R\$ 11,7 bilhões no período de janeiro a novembro de 2011 frente ao mesmo período de 2010, reflexo da despesa de R\$ 42,9 bilhões relativos à capitalização da Petrobras realizada em setembro de 2010, sem contrapartida em 2011.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL

BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Tesouro Nacional	11,75%	10,35%
Pessoal e Encargos	4,31%	4,25%
Custeio e Capital	7,41%	6,05%
Despesas do FAT	0,81%	0,84%
Subsídios e Subvenções ¹	0,22%	0,27%
LOAS/RMV	0,59%	0,60%
Capitalização da Petrobras	1,25%	0,00%
Outras	4,53%	4,34%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,05%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

Os dispêndios com a folha salarial registraram redução de 0,07 p.p em relação ao PIB no acumulado de 2011 relativamente ao mesmo período de 2010.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 2,5 bilhões (12,1%) em relação ao mesmo período de 2010. Essa variação é explicada: i) pelos reajustes no salário mínimo em 2011, de 5,9% no mês de janeiro (MP nº 516/2010) e de 0,9% no mês de março (Lei nº 12.382/2011); e ii) pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 6,7% no período de janeiro a novembro de 2011 relativamente a igual período de 2010 (média contra média).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS ¹		
OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Agricultura	4.499,0	5.024,8
Custeio Agropecuário	488,8	908,2
Investimento Rural	-1,2	23,5
Preços Agrícolas	2.718,2	575,7
- EGF	88,7	76,5
- Sustent. de preços	1.310,8	906,4
Proratif	44,8	2.315,5
Pesa	444,6	623,5
Cacau	0,0	0,1
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	726,6	497,8
FUNCAFÉ	77,2	54,7
Revitaliza	0,0	25,7
Outros	-97,3	812,4
PSI	0,0	429,0
Habitação (PSH)	0,0	0,0
FND	-21,5	0,0
Exportação (Proex)	-75,8	302,0
Itaipu ²	0,0	81,5
Total	4.401,7	5.837,2

¹ Não inclui reordenamento de passivos, despesas com subvenção aos fundos regionais e subvenção à

² Refere-se à subvenção parcial à remuneração por cessão de energia elétrica de Itaipu, conforme Decreto Legislativo nº 129/2011

Em 2011, os gastos com o Programa de Aceleração de Crescimento - PAC aumentaram R\$ 3,4 bilhões (incremento de 17,2%) em relação ao exercício de 2010.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN - NOV (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Precatórios e Sentenças	2.319,9	2.559,1
Legislativo	1.035,2	1.122,2
Judiciário	4.895,2	5.078,1
Crédito Extraordinário ¹	7.858,8	4.569,8
PAC ²	19.471,1	22.829,5
Outras ³	2.290,0	2.178,1
Discricionárias	117.429,2	125.774,2
d/q Min. da Saúde	47.688,7	51.357,3
Min. do Des. Social	15.337,0	18.112,1
Min. da Educação	17.141,5	19.703,5
Min. da Defesa	10.352,3	11.534,4
Min. da Ciência e Tec.	3.855,8	3.776,3
Min. do Des. Agrário	2.068,6	1.717,5
Min. da Justiça	2.661,5	2.418,6
Min. da Previdência	1.901,2	1.717,9
Min. dos Transportes	947,0	913,3
Min. das Cidades	1.182,9	948,2
Demais	14.292,7	13.575,1
Total	155.299,4	164.111,1

¹ Exclui crédito extraordinário relativo ao Programa de Aceleração do Crescimento.

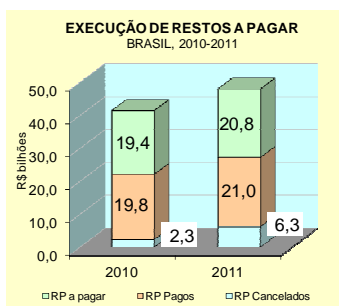
² Corresponde à despesa do PAC passível de reduzir a meta de superávit primário

³ Inclui subvenções econômicas, benefícios de leg. especial, transferências ANA, fundos de desenvolvimento ADA/ADENE, doações, anistados, convênios, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2011						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média 2007	2.575.467	8%	1.239.649	10%	1.335.818	6%
média 2008	2.810.538	9%	1.360.235	10%	1.450.303	9%
média 2009	3.052.295	9%	1.487.566	9%	1.564.729	8%
média 2010	3.290.375	8%	1.583.853	6%	1.706.522	9%
nov01	1.286.287	-	441.930	-	844.357	-
nov02	1.445.600	12%	526.800	19%	918.800	9%
nov03	1.625.157	12%	624.313	19%	1.000.844	9%
nov04	1.884.166	16%	811.117	30%	1.073.049	7%
nov05	2.164.204	15%	997.066	23%	1.167.138	9%
nov06	2.381.011	10%	1.127.221	13%	1.253.790	7%
nov07	2.565.889	8%	1.234.552	10%	1.331.337	6%
nov08	2.799.271	9%	1.354.458	10%	1.444.814	9%
nov09	3.041.882	9%	1.482.688	9%	1.559.193	8%
nov10	3.280.269	8%	1.580.276	7%	1.699.993	9%
nov11	3.498.493	6,7%	1.655.790	5%	1.842.704	8%

As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R\$ 8,8 bilhões (5,7%) entre janeiro e novembro de 2011, em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se as despesas discricionárias, com aumento de R\$ 8,3 bilhões (7,1%), e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, com elevação de R\$ 3,4 bilhões (17,2%). Por outro lado, registraram redução no período as despesas com créditos extraordinários (R\$ 3,3 bilhões, 41,9%) e os Fundos de Desenvolvimento - ADA/ADENE (R\$ 525,6 milhões, 41,4%). Responderam pelo crescimento das despesas discricionárias principalmente os Ministérios da Saúde (R\$ 3,7 bilhões), do Desenvolvimento Social (R\$ 2,8 bilhões), da Educação (R\$ 2,6 bilhões) e da Defesa (R\$ 1,2 bilhão). Os investimentos totais (Tabela A9) atingiram o montante de R\$ 38,8 bilhões, apresentando redução de 2,7% em relação ao mesmo período de 2010.

O montante de restos a pagar (RP) pagos até novembro de 2011, segundo a ótica do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira, relativos a custeio e investimento, exceto Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), correspondeu a R\$ 21,0 bilhões. Do total dos RP pagos, a execução concentrou-se, principalmente,



nos Ministérios da Educação (R\$ 5,2 bilhões), da Saúde (R\$ 3,6 bilhões), da Defesa (R\$ 3,5 bilhões), da Ciência e Tecnologia (R\$ 1,3 bilhão) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 1,1 bilhão).

Em novembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 4,2 bilhões, contra um déficit de R\$ 1,3 bilhão em outubro (aumento de R\$ 2,9 bilhões ou 217,5%). Em relação ao ano anterior, o déficit previdenciário reduziu-se em R\$ 5,9 bilhões, passando de R\$ 46,4 bilhões de janeiro a novembro de 2010, para R\$ 40,4 bilhões no mesmo período de 2011.

Previdência Social

Em novembro, a Previdência Social registrou déficit de R\$ 4,2 bilhões, contra déficit de R\$ 1,3 bilhão em outubro. No período de janeiro a novembro de 2011, o déficit do RGPS situou-se em 1,07% do PIB, frente a um déficit equivalente a 1,35% do PIB registrado em igual período de 2010.

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	OUT	NOV	JAN - NOV	
	2011	2012	2010	2011
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	20.521,6	20.559,0	181.444,6	211.192,7
Arrecadação Bruta	22.681,9	22.701,4	201.835,9	235.407,3
- Contribuição Previdenciária	20.120,9	20.348,2	182.306,1	211.126,4
- Simples	2.138,5	2.131,8	17.158,9	21.778,5
- CFT	42,7	35,6	490,0	368,9
- Depósitos Judiciais	370,2	177,1	1.762,7	2.024,0
- Refis	9,6	8,7	118,2	109,5
(-) Restituição/Devolução	-63,8	-42,8	-681,0	-886,5
(-) Transferências a Terceiros	-2.096,4	-2.099,6	-19.710,3	-23.328,0
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	21.849,8	24.775,7	227.809,6	251.624,9
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-1.328,1	-4.216,7	-46.365,0	-40.432,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,35%	-1,07%

No mês, a arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 20,6 bilhões, apresentando aumento de R\$ 37,4 milhões (0,2%) frente aos ingressos líquidos de outubro. Comparativamente ao acumulado de janeiro a novembro de 2010, a arrecadação líquida em 2011 aumentou R\$ 29,7 bilhões (16,4%). Contribuiu para esse comportamento o crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), a massa salarial observada entre dezembro de 2010 e outubro de 2011 foi 14,6% superior à verificada no período correspondente de 2009/2010.

As despesas com benefícios, em novembro, totalizaram R\$ 24,8 bilhões, apresentando um aumento de R\$ 2,9 bilhões (13,4%) em relação a outubro. Essa elevação se explica, sobretudo pelo pagamento, em novembro, da segunda e última parcela do abono equivalente à gratificação de Natal a metade dos segurados e de-

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN - NOV (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Contribuição	181.444,6	211.192,7	16,4%
Urbano	177.123,4	206.359,4	16,5%
Rural	4.321,2	4.833,4	11,9%
Benefícios	227.809,6	251.624,9	10,5%
Urbano	177.522,0	195.852,9	10,3%
Rural	50.287,6	55.772,0	10,9%
Res. Primário	-46.365,0	-40.432,2	-12,8%
Urbano	-398,6	10.506,4	-2735,6%
Rural	-45.966,3	-50.938,6	10,8%

pendentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º, da Lei nº 8.213/1991.

Comparativamente ao acumulado no período de janeiro a novembro de 2010, o aumento das despesas foi de R\$ 23,8 bilhões (10,5%). Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: (i) aumento de R\$ 51,13 (6,5%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e (ii) elevação de 905,7 mil (3,8%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

No estoque de benefícios de 2011, comparado ao de 2010, destacam-se os aumentos de 541,9 mil aposentadorias (3,5%), 169,7 mil pensões por morte (2,5%) e 176,9 mil benefícios de auxílio-doença (14,2%).

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-NOV			
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	%
Quantidade RGPS*	23,9	24,8	3,8%
Valor médio RGPS**	783,7	834,9	6,5%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

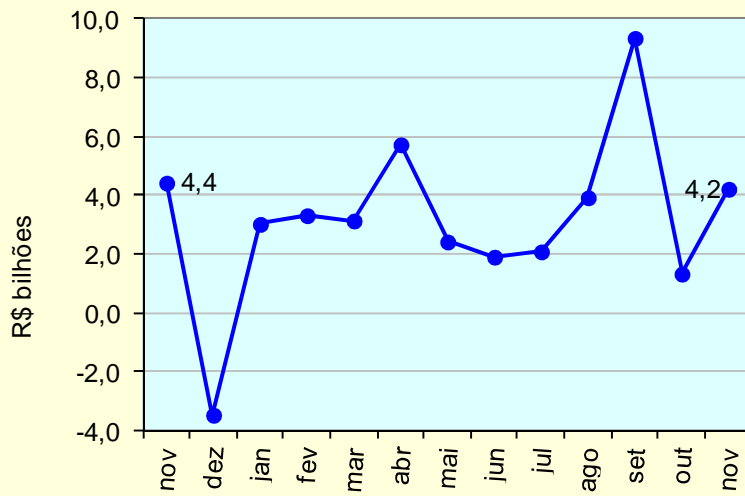
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA		
BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2010	2011
Contribuição	5,29%	5,59%
Urbano	5,17%	5,46%
Rural	0,13%	0,13%
Benefícios	6,65%	6,66%
Urbano	5,18%	5,18%
Rural	1,47%	1,48%
Res. Primário	-1,35%	-1,07%
Urbano	-0,01%	0,28%
Rural	-1,34%	-1,35%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010-2011

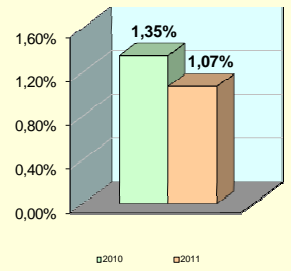
	Em mil benefícios			
	OUT	NOV	JAN - NOV	
	2011	2011	2010	2011
Benefícios do RGPS	25.047	25.140	23.868	24.774
Previdenciários	24.213	24.302	23.070	23.944
Aposentadorias	16.044	16.095	15.320	15.855
Idade	8.403	8.431	7.999	8.298
Invalidez	3.000	3.006	2.928	2.981
Tempo de contribuição	4.641	4.659	4.393	4.576
Pensão por morte	6.768	6.782	6.537	6.709
Auxílio-Doença	1.257	1.279	1.085	1.240
Salário - maternidade	78	78	72	77
Outros	67	68	56	64
Acidentários	834	838	798	830
Aposentadorias	173	173	163	170
Pensão por morte	124	124	126	125
Auxílio - doença	180	183	158	180
Auxílio - acidente	287	288	278	284
Auxílio - suplementar	70	69	73	71

Como proporção do PIB, em relação a janeiro a novembro de 2010, houve aumento da receita previdenciária em 0,30 p.p. e aumento dos gastos com benefícios previdenciários em 0,01 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS diminuiu de 1,35% para 1,07% do PIB, ou seja, 0,28 p.p. menor que o registrado no ano anterior.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2010/2011



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, JAN - NOV (% do PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em novembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 931,6 bilhões, o equivalente a 22,6% do PIB, houve redução de 1,6% do PIB em relação a novembro de 2010.

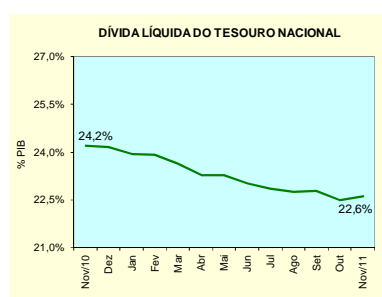


TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010 NOV	2011 OUT	2011 NOV
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	814.043	848.548	851.101
I.1. Dívida Interna	2.260.351	2.456.348	2.485.834
I.2. Haveres Internos	1.446.308	1.607.801	1.634.733
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.184	73.533	80.520
II.1. Dívida Externa	91.429	73.937	80.925
II.2. Haveres Externos	245	404	405
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	905.227	922.081	931.621
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	24,2%	22,5%	22,6%

(*) Dados sujeitos a alteração.

¹ PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Em relação ao ano anterior, a DLTN em proporção do PIB reduziu 1,6 p.p, passando de 24,2% em novembro de 2010, para 22,6% em novembro de 2011. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 26,4 bilhões, no mesmo período, consequência do crescimento de R\$ 37,1 bilhões no estoque da Dívida Interna Líquida, compensado pela redução R\$ 10,7 bilhões no estoque da Dívida Externa Líquida.

Dívida Interna Líquida

A Dívida Interna Líquida em comparação a novembro de 2010 reduziu 1,1 p.p. do PIB

No mês de novembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 851,1 bilhões, o equivalente a 20,7% do PIB. A variação de R\$ 2,5 bilhões, em relação ao mês anterior, foi decorrente do aumento de R\$ 29,5 bilhões no estoque da dívida interna bruta, compensado em grande parte pelo aumento dos haveres internos no valor de R\$ 26,9 bilhões.

Em relação ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, diminuiu 1,1 p.p., passando de 21,8% para 20,7%. Em termos nominais, passou de R\$ 814,0 bilhões, em novembro de 2010, para R\$ 851,1 bilhões, em novembro de 2011. O estoque da dívida interna bruta aumentou R\$ 225,5 bilhões e os haveres internos também aumentaram R\$ 188,4 bilhões no mesmo período.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

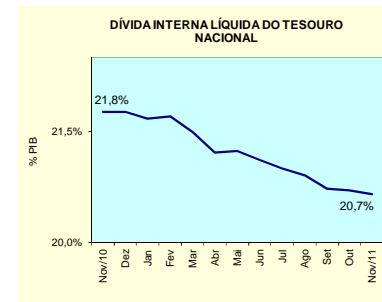
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010		2011
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA INTERNA	2.260.351	2.456.348	2.485.834
I.1. Dívida Mobiliária	2.245.990	2.445.299	2.475.064
DPMFi em Poder do Público ¹	1.574.922	1.732.625	1.752.613
DPMFi em Poder do Banco Central	694.817	739.456	749.061
(-) Aplicações em Títulos Públicos ²	(23.750)	(26.781)	(26.611)
I.2. Demais Obrigações Internas	14.361	11.049	10.771
II. HAVERES INTERNOS	1.446.308	1.607.801	1.634.733
II.1. Disponibilidades Internas	380.559	455.592	474.237
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	465.283	485.814	486.818
II.3. Haveres da Administração Indireta	237.126	255.598	258.022
II.4. Haveres Administrados pela STN	363.341	410.797	415.657
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	814.043	848.548	851.101
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB³	21,8%	20,7%	20,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.

\1 Inclui TDA e dívida securitizada.

\2 Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.

\3 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.



Em novembro, a Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi), descontadas as aplicações do FAT e de outros fundos públicos em títulos federais, comparativamente ao mês de outubro, cresceu R\$ 29,6 bilhões em termos nominais e 0,4 p.p. em proporção do PIB. Esse crescimento da DPMFi decorre da apropriação de juros no valor de R\$ 23,6 bilhões e da emissão líquida no valor de R\$ 6,0 bilhões ocorrida no período. Em relação a novembro do ano anterior, a DPMFi aumentou R\$ 229,1 bilhões em termos nominais e 0,1 p.p. em proporção do PIB.

Na carteira de títulos em poder do público, o estoque aumentou R\$ 20,0 bilhões, resultado da apropriação de juros no total de R\$ 16,6 bilhões e da emissão líquida de R\$ 3,4 bilhões. Na carteira do Banco Central, houve aumento de R\$ 9,6 bilhões em decorrência da emissão líquida de R\$ 2,6 bilhões e da apropriação de juros no total de R\$ 7,0 bilhões.

Quanto à composição da carteira em poder do público, comparada ao mês anterior, as maiores variações ocorreram no estoque de LTN, com aumento de R\$ 23,3 bilhões, de NTN-B, com redução de R\$ 7,5 bilhões, e de NTN-F, cujo aumento alcançou R\$ 3,6 bilhões.

Título	R\$ bilhões		
	2010		2011
	NOV	OUT	NOV
Em Poder do Público	1.574,9	1.732,6	1.752,6
LFT	521,0	565,2	564,7
LTN	338,5	357,7	381,0
NTN-B	366,0	451,1	443,6
NTN-C	63,7	61,6	62,1
NTN-F	249,9	263,4	266,9
Demais ¹	35,9	33,6	34,2
Aplic. em Tit. Púb.	(23,7)	(26,8)	(26,6)
Na carteira do BCB	694,8	739,5	749,1
Total	2.246,0	2.445,3	2.475,1
% PIB	60,0%	59,7%	60,1%

\1 Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, NOV/2011

R\$ bilhões

Discriminação	2010			2011		
	NOV		OUT	NOV		OUT
Lei 9.496/97	344,4	366,2	367,7			
MP 2.185/01	54,8	59,5	59,0			
Lei 8.727/93	34,2	29,7	29,4			
Antecipação de Royalties	10,2	9,1	9,1			
Bônus Renegociados	5,4	5,0	5,4			
Lei 7.976/89	0,0	0,0	0,0			
Demais Haveres	16,2	16,3	16,4			
Total	465,3	485,8	486,8			
% PIB	12,4%	11,9%	11,8%			

R\$ bilhões

Título	Saldo Out/11	Fatores de Variação ¹¹			Saldo Nov/11
		Emissões	Resgates ¹²	Juros ¹³	
Em poder do público	1.732,6	37,2	(33,8)	16,6	1.752,6
LFT	565,2	5,7	-10,9	4,8	564,7
LTN	357,7	20,0	(0,0)	3,3	381,0
NTN-B	451,1	10,2	(22,0)	4,2	443,6
NTN-C	61,6	0,0	(0,3)	0,8	62,1
NTN-F	263,4	1,1	(0,0)	2,5	266,9
Demais ¹⁴	33,6	0,2	(0,6)	1,0	34,2
Na carteira do BCB	739,5	22,5	(19,8)	7,0	749,1
Total	2.472,1	59,7	(53,7)	23,6	2.501,7

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.

¹¹ Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acrécimo) ao saldo da obrigação.

¹² Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos e outros ajustes.

¹³ Refere-se aos juros apropriados por competência.

¹⁴ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R\$ 26,9 bilhões no mês de novembro. Esse comportamento reflete o crescimento de R\$ 18,6 bilhões nas disponibilidades internas, de R\$ 4,9 bilhões nos haveres administrados pela STN, de R\$ 2,4 bilhões nos haveres da administração indireta, e de R\$ 1,0 bilhão nos haveres junto aos governos regionais.

Em relação aos haveres administrados pela STN, o aumento no mês de novembro no valor de R\$ 4,9 bilhões reflete, principalmente, o incremento dos saldos dos haveres de legislação específica em R\$ 3,4 bilhões e das operações estruturadas em R\$ 1,4 bilhão e decorre da variação cambial ocorrida em novembro.

Em relação aos haveres da administração indireta, o aumento de R\$ 2,4 bilhões decorre do acréscimo de R\$ 900,0 milhões nos haveres do FAT, de R\$ 700,3 milhões nos saldos dos Fundos Constitucionais Regionais e de R\$ 823,4 milhões no saldo dos Fundos diversos.

Quanto à evolução dos haveres junto aos governos regionais, as maiores variações foram verificadas nos saldos devedores das dívidas renegociadas ao amparo da Lei nº 9.496/1997 e da MP nº 2.185/2001, com aumento total de R\$ 909,4 milhões e de R\$ 430,6 milhões nos saldos dos Bônus Renegociados. O saldo da dívida renegociada ao amparo da Lei nº 8.727/93 reduziu R\$ 378,0 milhões no mês.

Dívida Externa Líquida

Em novembro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 80,5 bilhões, contra R\$ 73,5 bilhões, em outubro. Houve aumento de R\$ 7,0

bilhões em termos nominais e de 0,2 p.p. do PIB. Essa variação reflete a variação cambial de R\$ 4,3 bilhões, a emissão líquida de R\$ 2,3 bilhões e a apropriação de juros no valor de R\$ 423,9 milhões.

Em novembro de 2011, a Dívida Externa Líquida totalizou R\$ 80,5 bilhões, equivalentes a 2,0% do PIB, valor inferior ao registrado no mesmo mês do ano anterior, em 0,4 p.p. do PIB.

TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2010/2011

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2010		2011
	NOV	OUT	NOV
I. DÍVIDA EXTERNA	91.429	73.937	80.925
I.1. Dívida Mobiliária	72.024	63.500	69.384
Euro	6.643	4.038	4.198
Global US\$	53.080	47.547	53.154
Global BRL	12.139	11.809	11.918
Demais	162	105	114
I.2. Dívida Contratual	19.406	10.437	11.542
Organismos Internacionais	16.608	6.312	6.726
Bancos Privados e Agências Governamentais	2.798	4.125	4.815
II. HAVERES EXTERNOS	245	404	405
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	245	404	405
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	91.184	73.533	80.520
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB¹	2,4%	1,8%	2,0%

(*) Dados sujeitos a alteração.
1 PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

Comparativamente ao ano anterior, houve redução de R\$ 10,7 bilhões, passando de R\$ 91,2 bilhões, em novembro de 2010, para R\$ 80,5 bilhões, em novembro de 2011. Em percentual do PIB, diminuiu 0,4 p.p.

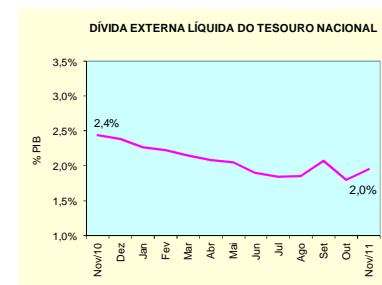
TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, NOV/2011

Discriminação	Estoque Out/11	Fatores de Variação				Estoque Nov/11
		Emissões	Resgates ¹	Juros ²	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária³	63.500	2.259	(337)	369	3.592	69.384
Global US\$	47.547	2.259	(330)	231	3.447	53.154
Euro	4.038	0	(7)	30	138	4.198
Global BRL	11.809	0	0	108	0	11.918
Demais	105	0	0	1	8	114
Dívida Contratual	10.437	477	(121)	54	694	11.542
Org. Internacionais	6.312	1	(78)	34	458	6.726
Bancos Priv./Ag. Gov.	4.125	476	(43)	21	237	4.815
Total	73.937	2.735,9	(458,4)	423,9	4.286,6	80.925

¹ Inclui cancelamentos referentes a permuta de títulos, pagamentos antecipados e outros ajustes.

² Refere-se aos juros nominais apropriados por competência na moeda de referência, convertido para moeda local pela taxa de câmbio de final de período.

³ A partir de Jan/2010, o estoque da dívida mobiliária passou a ser apurado pelo método da TIR, alinhando-se à metodologia utilizada na apuração do estoque da DPMFI.



Do estoque total da dívida externa, a dívida mobiliária corresponde a 85,7% (R\$ 69,4 bilhões) e a dívida contratual representa 14,3% (R\$ 11,5 bilhões).

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Receitas Primárias do Governo Central

Tabela A3 – Despesas primárias do Governo Central

Tabela A4 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A5 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

c) Tabelas da Dívida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A6 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A8 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A9 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Novembro 2011/2010

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Fistel – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
PSI – Programa de Sustentação do Investimento
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

	Nov/2010	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2011
I. RECEITA TOTAL	71.091,4	97.919,3	90.874,1	66.980,4	73.536,4	89.354,9	75.600,5	83.665,4	90.139,5	74.965,2	78.476,1	86.715,0	79.736,3
I.1. Receitas do Tesouro	53.040,9	66.913,3	73.648,7	48.985,0	55.294,1	70.586,1	56.326,6	63.849,2	70.168,3	54.293,8	58.472,3	65.988,5	58.973,7
I.1.1. Receita Bruta	54.152,0	67.554,1	74.092,2	49.390,5	55.541,2	70.914,5	56.800,5	66.282,8	72.684,3	56.611,4	59.909,5	68.853,8	60.791,5
I.1.1.1. Impostos	24.532,9	32.025,3	37.986,5	22.106,7	26.176,6	34.513,1	25.932,2	29.748,9	32.464,5	25.321,3	25.435,0	35.366,3	27.889,0
IR	16.133,7	23.328,1	29.749,4	14.644,6	18.468,4	25.933,8	17.450,7	21.107,9	23.311,3	16.159,8	15.873,1	25.426,8	18.328,5
IR - Pessoa Física	1.567,4	1.176,5	1.006,9	774,0	838,2	4.861,4	2.635,7	1.842,2	1.697,4	1.719,3	1.563,8	2.383,7	1.414,9
IR - Pessoa Jurídica	5.420,1	8.616,9	15.838,8	5.929,0	8.635,0	11.160,9	6.182,8	6.673,6	12.380,8	6.080,9	5.804,3	12.611,7	6.656,1
IR - Retido na Fonte	9.146,2	13.534,7	12.903,6	7.941,6	8.994,9	9.911,6	8.632,2	12.592,0	9.233,0	8.359,6	8.505,0	10.431,4	10.257,5
IRRF - Rendimentos do Trabalho	6.199,4	5.814,1	7.110,3	5.105,2	6.407,2	5.998,6	5.362,2	5.183,1	5.225,7	5.076,6	5.330,6	5.199,3	6.577,5
IRRF - Rendimentos do Capital	1.584,9	5.373,0	3.513,4	1.383,8	1.258,9	2.078,5	1.732,2	5.926,1	1.843,9	1.817,7	1.765,1	3.368,9	2.225,4
IRRF - Remessas ao Exterior	820,2	1.733,5	1.536,3	903,9	811,8	1.293,6	987,8	815,5	1.451,1	884,8	789,1	1.288,1	857,6
IRRF - Outros Rendimentos	541,6	614,1	743,6	548,6	517,0	540,9	550,0	667,3	712,4	580,5	620,2	575,0	597,0
IPI	3.922,7	4.182,3	3.981,2	3.362,9	3.585,8	3.862,8	3.637,8	3.755,0	4.115,0	3.781,8	4.073,7	4.587,3	4.138,5
IPI - Fumo	323,8	310,2	347,6	371,2	263,2	331,4	262,1	304,8	286,3	297,7	316,2	305,1	316,8
IPI - Bebidas	216,3	242,1	276,0	188,5	197,4	205,0	222,4	227,8	236,2	231,5	267,2	282,1	295,5
IPI - Automóveis	601,9	656,9	651,4	484,5	603,4	628,1	586,3	593,8	587,3	612,6	585,1	714,6	470,3
IPI - Vinculado a importação	1.151,0	1.072,0	959,2	960,0	1.062,1	1.002,4	1.044,3	1.029,4	1.098,3	1.198,9	1.248,4	1.356,3	1.444,9
IPI - Outros	1.629,7	1.901,0	1.747,0	1.358,6	1.459,7	1.695,9	1.522,6	1.599,3	1.906,9	1.441,0	1.660,3	1.929,2	1.611,0
IOF	2.351,6	2.549,3	2.368,1	2.200,4	1.991,5	2.802,1	2.669,7	2.810,3	2.833,9	2.904,3	2.740,9	2.858,5	2.627,7
Imposto de Importação	2.078,7	1.917,1	1.878,0	1.888,8	2.121,0	1.904,2	2.164,8	2.062,3	2.188,8	2.462,0	2.387,3	2.427,3	2.744,2
Outros	463,3	48,5	9,9	10,0	10,2	10,2	9,3	13,4	15,5	13,3	360,0	66,6	50,1
I.1.1.2. Contribuições	21.111,0	27.162,8	28.241,2	20.096,6	22.101,6	23.608,2	21.409,2	22.377,0	30.757,5	23.171,2	22.753,7	25.306,9	23.068,8
COFINS	12.833,4	13.473,2	13.643,6	11.518,4	12.518,6	12.677,3	12.643,8	13.192,2	13.398,6	13.834,0	13.529,7	13.536,4	13.729,9
CPMF	17,4	10,3	4,8	13,4	11,2	5,3	7,0	4,8	11,2	32,2	7,9	6,4	23,5
CSLL	2.991,9	4.119,8	8.020,5	3.359,6	4.229,8	5.238,1	3.165,5	3.370,4	11.660,3	3.335,1	3.088,4	5.921,9	3.585,0
CIDE-Combustíveis	677,6	660,9	727,2	674,2	662,6	883,7	796,3	746,7	774,6	847,6	911,9	836,5	636,6
Pis/Pasep	3.311,2	7.496,8	3.623,6	3.160,5	3.287,0	3.394,8	3.425,4	3.482,4	3.545,4	3.585,6	3.565,9	3.515,7	3.572,4
Salário Educação	921,7	940,1	1.695,3	996,9	977,1	960,6	981,0	1.010,5	1.010,1	1.043,1	1.218,8	1.058,2	1.059,6
Outras	357,7	461,7	526,2	373,7	415,1	448,3	390,1	570,2	357,2	493,6	431,0	431,8	461,7
I.1.1.3. Demais	8.508,1	8.366,0	7.864,6	7.187,1	7.263,1	12.793,2	9.459,1	14.156,9	9.462,3	8.118,9	11.720,8	8.180,5	9.833,7
CPSS ¹	1.387,0	1.057,2	849,8	861,1	867,7	857,0	864,7	885,0	881,9	879,6	955,4	837,3	1.421,7
Cota parte de compensações financeiras	1.119,5	1.146,6	3.823,5	1.290,8	1.222,6	4.616,0	1.414,5	1.475,5	5.001,9	1.415,5	1.417,3	4.765,5	1.552,0
Diretamente arrecadadas	2.016,8	3.064,1	2.719,8	2.681,4	2.223,7	4.819,4	2.324,1	2.244,6	2.776,2	2.401,9	2.596,4	2.382,5	3.013,5
Concessões	14,2	593,9	256,1	9,7	15,6	11,4	1.071,9	346,4	55,7	11,4	14,6	39,6	17,8
Dividendos	2.961,6	2.641,8	2,3	1.549,1	1.616,3	2.245,9	2.570,6	2.302,8	1.511,6	932,1	4.589,3	9,1	2.100,7
Cessão Onerosa Exploração de Petróleo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras	1.009,0	-137,5	213,0	795,0	1.317,3	243,4	1.213,2	6.902,6	-765,0	2.478,5	2.147,8	146,5	1.728,1
I.1.2. (-) Restituições	-1.111,2	-640,8	-391,7	-405,5	-247,1	-328,4	-403,9	-2.433,6	-2.489,6	-2.316,7	-1.336,7	-2.841,9	-1.817,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	17.920,1	30.523,7	17.115,8	17.777,6	18.020,2	18.546,2	19.039,8	19.612,1	19.756,1	20.450,9	19.793,4	20.521,6	20.559,0
Urbana	17.505,6	30.030,5	16.741,7	17.438,6	17.636,8	18.064,0	18.542,2	19.147,1	19.314,0	19.978,4	19.309,4	20.047,9	20.139,3
Rural	414,5	493,2	374,1	339,0	383,4	482,2	497,6	465,0	442,1	472,5	484,0	473,7	419,7
I.3. Receitas do Banco Central	130,4	482,3	109,6	217,8	222,1	222,6	234,1	204,1	215,1	220,4	210,5	204,9	203,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	12.638,8	16.713,8	15.553,2	15.851,2	10.475,2	14.397,7	16.281,9	13.984,7	12.340,1	14.188,4	9.633,4	15.247,2	15.152,4
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	9.476,3	14.144,6	11.562,1	12.402,2	8.127,0	10.779,2	12.259,1	11.128,2	9.512,1	9.802,4	7.869,4	10.374,9	10.907,7
II.2. Lei Complementar 87/Lei Complementar 115 ²	162,5	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	477,4	0,0	0,0	477,6	0,0	0,0	565,1	0,0	0,0	589,6	0,0
II.4. Demais	3.000,0	1.919,2	3.351,2	3.286,5	2.185,8	2.978,3	3.860,3	2.694,0	2.100,4	4.223,5	1.601,5	3.470,2	3.432,2
II.4.1. Salário Educação	539,1	553,0	440,5	1.140,4	598,4	586,1	577,0	588,2	606,3	606,0	625,8	731,3	634,8
II.4.2. Royalties (lei nº 9.478/97)	1.933,9	843,0	852,8	2.124,8	1.071,5	791,3	2.767,3	1.044,0	961,3	2.967,3	934,7	1.186,3	2.732,1
II.4.3. Fundef/Fundeb	478,6	478,6	2.001,0	8,3	501,5	1.586,2	501,5	1.047,6	512,7	634,0	0,0	1.268,0	0,0
II.4.4. Outras	48,4	44,6	56,9	13,0	14,3	14,7	14,4	14,3	20,2	16,1	41,0	284,5	65,3

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisitos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

TABELA A3 - DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Nov/2010	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2011
I. DESPESA TOTAL	57.423,8	66.958,2	61.118,9	48.594,2	54.080,7	59.411,4	55.153,1	59.093,4	66.453,6	58.240,8	63.420,7	60.272,1	59.974,4
I.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	14.974,2	18.724,0	15.718,7	13.519,1	13.770,0	16.392,2	13.868,7	13.768,9	17.350,5	13.501,5	13.705,2	13.530,5	15.303,9
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	161,2	162,0	86,8	76,9	125,3	3.167,8	778,9	276,1	302,0	136,6	167,7	175,2	166,9
I.2. Benefícios Previdenciários	22.344,6	27.048,9	20.137,7	21.093,2	21.155,7	24.275,6	21.459,6	21.515,9	21.840,9	24.376,9	29.143,8	21.849,8	24.775,7
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano ²	17.312,4	21.247,4	15.694,8	16.496,5	16.507,6	18.974,5	16.763,9	16.786,5	17.091,3	18.258,9	23.532,0	17.146,9	18.600,1
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	275,0	277,1	174,7	143,4	219,5	2.514,9	234,8	322,4	292,1	407,3	337,8	247,8	468,3
I.2.1. Benefícios Previdenciários - Rural ²	5.032,2	5.801,5	4.442,9	4.596,8	4.648,1	5.301,1	4.695,8	4.729,4	4.749,6	6.118,0	5.611,9	4.702,9	6.175,6
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	80,4	76,2	49,8	40,2	62,2	706,6	66,2	90,8	82,3	137,3	80,9	68,4	156,4
I.3. Custeio e Capital	19.717,1	20.716,2	24.939,3	13.520,5	18.725,3	18.283,2	19.361,0	23.327,1	26.794,4	19.896,6	20.111,7	24.429,9	19.369,3
I.3.1. Despesa do FAT	2.651,2	2.474,4	2.053,8	1.563,5	2.315,7	1.839,0	2.221,7	2.036,8	7.577,0	3.113,7	3.242,3	3.435,0	2.414,0
I.3.1.1. Abono e Seguro Desemprego	2.642,8	2.403,7	2.020,1	1.526,1	2.301,2	1.805,4	2.146,4	1.995,3	7.536,7	3.059,6	3.216,0	3.410,3	2.371,4
I.3.1.2. Demais Despesas do FAT	8,4	70,7	33,7	37,4	14,5	33,6	75,3	41,5	40,2	54,2	26,3	24,7	42,6
I.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	91,6	443,1	1.694,4	-16,0	898,4	644,3	635,9	1.470,4	1.204,8	520,2	455,2	1.837,2	706,3
I.3.2.1. Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-204,7	-142,7	1.342,6	-315,9	525,1	275,1	262,6	1.087,2	1.001,3	203,5	165,5	1.425,8	247,2
Equalização de custeio agropecuário	0,0	0,0	30,1	0,0	178,4	138,4	3,1	93,1	45,0	0,0	0,0	411,0	9,0
Equalização de invest. rural e agroindustrial ⁴	0,2	0,9	23,2	0,0	0,0	0,1	6,2	-12,4	22,7	-15,9	0,0	-0,4	0,1
Política de preços agrícolas	62,5	-154,9	101,9	-347,6	39,0	-63,6	60,7	109,3	244,8	-34,5	15,4	471,2	-20,9
Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,0	0,0	27,7	0,0	0,5	0,3	0,0	11,7	1,9	0,0	0,0	34,3	0,2
Equalização Aquisições do Governo Federal	-38,1	-203,1	-73,8	-347,6	-91,4	-63,9	-69,3	57,6	84,9	-34,5	-14,6	164,5	-21,1
Garantia à Sustentação de Preços	100,6	48,2	148,0	0,0	130,0	0,0	130,0	40,0	158,0	0,0	30,0	272,4	0,0
Pronaf	-358,8	10,9	943,7	5,2	39,3	163,1	122,6	314,1	564,9	-1,8	10,7	153,4	0,3
Equalização Empréstimo do Governo Federal	2,3	0,0	934,5	0,0	8,1	161,4	117,1	291,0	542,6	0,0	0,0	133,7	1,3
Concessão de Financiamento ⁵	-361,2	10,9	9,2	5,2	31,3	1,7	5,5	23,2	22,3	-1,8	10,7	19,6	-1,0
Proex	0,7	-29,3	111,7	-36,3	26,0	1,4	30,1	9,7	25,3	62,7	61,4	12,6	-2,5
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,4	28,6	49,3	1,7	46,7	24,0	0,7	59,2	29,0	0,9	99,8	29,1	31,0
Concessão de Financiamento ⁵	-0,7	-57,8	62,4	-38,1	-20,7	-22,6	29,4	-49,5	-3,8	61,8	-38,5	-16,5	-33,5
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ⁶	40,8	13,9	108,2	38,5	172,1	6,4	15,7	126,4	64,8	23,1	0,0	19,1	49,3
Cacau	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo da terra/ INCRA ⁵	49,2	12,1	7,8	20,9	32,3	24,2	17,7	17,2	33,3	125,9	32,8	143,1	42,6
Funcafé	2,4	5,6	15,9	3,6	12,2	5,2	6,4	0,8	0,6	1,2	1,9	2,0	5,1
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	0,0	25,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Programa de Sustentação ao Investimento (PSI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	429,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Fundo nacional de desenvolvimento (FND) ⁵	-1,6	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	42,9	43,4	148,2	148,2
Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.2.2. Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	296,3	585,7	351,8	299,9	373,3	369,1	373,3	383,2	203,5	316,7	289,6	411,4	459,2
I.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁷	1.900,8	1.902,1	1.970,0	2.037,0	2.046,3	2.067,8	2.072,2	2.080,2	2.092,2	2.092,8	2.098,6	2.113,7	2.112,7
I.3.4. Capitalização da Petrobras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
I.3.5. Outras Despesas de Custeio e Capital	15.073,5	15.896,7	19.221,2	9.936,0	13.464,9	13.732,1	14.431,2	17.739,7	15.920,4	14.169,8	14.315,6	17.044,0	14.136,2
I.3.5.1. Sentenças Judiciais e Precatórios	33,8	43,0	39,9	32,3	42,6	77,3	738,1	1.416,5	44,8	38,9	45,3	42,4	41,0
I.3.5.2. Legislativo/Judiciário	553,5	734,4	512,1	505,9	561,3	572,1	610,3	596,1	569,2	571,0	564,3	570,6	567,3
Legislativo	97,8	158,8	105,0	89,5	95,8	105,2	114,6	111,3	103,8	112,5	96,1	87,0	101,3
Judiciário	455,7	575,6	407,1	416,4	465,5	466,9	495,7	484,9	465,4	458,5	468,2	483,6	466,1
I.3.5.3. Crédito Extraordinário (Exclui-PAC)	1.034,7	740,8	1.166,5	315,1	329,4	354,7	505,2	315,1	371,4	305,4	319,9	407,8	142,9
I.3.5.4. Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	1.787,7	2.610,9	2.948,9	519,1	1.993,3	2.097,3	2.243,6	2.394,0	2.672,4	1.856,1	1.258,9	2.831,5	2.014,3
I.3.5.5. Outras Obrigações	486,0	569,3	142,2	116,4	84,8	110,4	121,0	137,9	136,8	151,5	114,2	891,5	171,4
I.3.5.6. Discricionárias	11.177,7	11.198,4	14.411,6	8.447,2	10.453,5	10.520,3	10.213,0	12.843,6	12.125,7	11.246,8	12.013,1	12.300,1	11.199,4
I.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	105,8	139,4	88,9	196,1	197,0	185,8	203,1	165,3	185,5	187,0	181,3	185,2	185,2
I.5. Despesas do Banco Central	282,1	329,6	234,3	265,3	232,7	274,6	260,7	316,2	282,3	278,8	278,6	276,8	340,3
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	1.622,9	1.428,3	1.041,9	989,4	1.020,1	998,7	976,3	1.052,1	1.055,4	1.019,2	1.021,8	1.007,8	1.780,0
RMV ⁷	148,6	143,5	151,4	153,3	152,4	151,5	149,7	148,1	146,7	145,0	143,3	142,2	140,7

* Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui a parcela patronal da CPSS do servidor público federal.

² Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

⁵ Concessão de empréstimos menos retornos.

⁶ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

⁷ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

TABELA A4 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R\$ milhões

	Nov/2010	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2011
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	80.502,3	108.491,5	60.929,8	85.175,1	73.618,1	80.507,7	87.599,8	77.869,6	82.379,2	92.358,7	74.820,9	78.793,0	94.189,6
I.1 - Recolhimento Bruto	59.623,1	73.589,0	40.091,4	64.761,8	52.142,6	58.106,1	63.938,5	55.178,7	60.919,4	67.978,0	52.903,5	54.411,6	73.682,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-51,9	0,0	0,0	0,0	-70,0	0,0	-26,4	-0,9	-100,4	-23,5	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	2.143,2	1.774,2	1.781,3	1.787,2	1.816,9	1.387,8	2.284,2	1.837,6	1.297,9	2.477,0	1.877,9	1.950,4	1.154,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	699,0	319,2	240,9	499,9	478,3	185,7	291,8	152,5	170,9	115,0	142,0	178,3	164,2
I.5 - Receita do Salário Educação	1.024,9	1.041,8	1.881,1	1.099,6	1.083,7	1.067,4	1.089,0	1.121,7	1.120,2	1.155,4	1.182,5	1.177,7	1.175,7
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	17.012,1	31.767,3	16.987,0	17.026,6	18.096,5	19.760,8	20.066,4	19.579,2	18.897,2	20.634,4	18.815,4	21.098,4	18.012,4
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	86.341,4	80.653,6	105.092,0	80.350,7	76.133,3	80.264,8	88.489,8	82.907,9	94.114,2	91.445,3	78.089,0	79.495,0	99.880,1
II.1 - Liberações Vinculadas	16.410,9	19.513,1	21.910,2	19.941,0	13.611,2	17.998,4	19.704,7	16.869,8	15.827,0	17.659,0	13.578,2	18.077,3	18.409,9
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	10.098,7	14.929,1	12.323,4	13.222,3	8.662,3	11.488,9	13.073,7	11.863,4	10.137,5	10.447,5	8.384,4	11.051,8	11.622,8
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.522,0	1.437,8	1.838,5	3.267,4	1.684,0	1.870,0	3.356,7	1.646,5	2.152,9	3.589,6	1.601,7	2.791,8	3.448,4
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	650,0	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	812,5	812,5
II.1.4 - Outras Vinculações	3.140,2	2.983,8	7.585,8	3.288,9	3.102,3	4.477,0	3.111,9	3.197,4	3.374,0	3.459,4	3.429,5	3.421,2	2.526,2
II.2 - Liberações Ordinárias	69.930,4	61.140,5	83.181,8	60.409,7	62.522,2	62.266,4	68.785,1	66.038,1	78.287,2	73.786,3	64.510,8	61.417,8	81.470,1
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	21.318,5	16.422,1	16.290,5	14.628,0	15.837,9	17.719,5	14.847,3	18.336,7	14.972,2	14.886,0	15.146,8	14.882,3	21.850,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	626,2	2.118,3	3.713,7	411,1	334,8	607,4	129,4	148,7	1.305,7	640,3	108,0	94,3	119,4
i) Dívida Contratual Interna	91,1	97,3	107,8	104,0	108,5	107,4	98,6	101,0	104,4	134,4	95,9	94,3	85,9
ii) Dívida Contratual Externa	535,1	2.021,1	3.605,9	307,1	226,3	500,0	30,8	47,7	1.201,3	505,9	12,2	0,0	33,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	9.865,5	1.320,0	18.018,3	5.707,8	5.159,3	790,6	8.907,4	3.110,0	18.401,6	6.131,3	2.021,4	2.264,1	8.163,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	25.582,9	17.106,2	27.014,3	21.277,7	20.726,3	24.288,9	21.408,7	21.190,7	21.673,8	27.880,9	25.859,5	20.975,6	28.542,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	12.380,5	24.015,0	16.787,9	18.267,9	19.674,2	18.437,0	23.060,8	22.567,3	21.050,2	24.126,3	21.218,9	22.183,3	22.725,2
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	156,8	158,8	1.357,0	117,2	789,6	422,9	431,5	684,8	883,7	121,7	156,1	1.018,1	68,4
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-5.839,1	27.837,9	-44.162,2	4.824,4	-2.515,3	243,0	-889,9	-5.038,4	-11.735,0	913,4	-3.268,1	-702,0	-5.690,5
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	20.936,5	23.959,7	37.397,4	33.760,5	38.238,5	49.525,2	39.214,5	38.019,8	38.671,5	22.800,8	22.806,7	23.797,4	32.189,9
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	19.687,8	22.827,0	36.035,4	31.706,7	36.846,5	48.126,7	37.575,1	36.773,4	37.575,6	21.346,7	21.489,0	22.203,3	29.396,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.248,7	1.132,7	1.362,0	2.053,8	1.392,0	1.398,5	1.639,4	1.246,4	1.095,8	1.454,1	1.317,7	1.594,0	2.793,7
V. DESPESAS	5.699,1	14.036,8	96.816,4	1.091,4	26.283,3	22.785,7	37.333,0	16.631,9	103.978,9	734,4	7.080,7	26.569,9	18.609,2
V.1 - Amortização da Dívida Interna	3.185,1	13.076,2	93.895,8	874,0	25.551,0	22.085,7	35.819,0	16.222,8	101.822,9	322,4	7.051,4	26.569,6	15.593,2
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	2.986,2	12.874,6	93.671,7	652,4	25.311,3	21.850,1	35.582,9	15.985,1	101.578,6	72,3	6.810,8	26.312,0	15.353,1
V.1.2 - Dívida Contratual	198,9	201,5	224,1	221,6	239,7	235,6	236,2	237,7	244,3	250,1	240,6	257,6	240,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.514,0	960,6	2.920,6	217,4	732,3	700,0	1.514,0	409,0	2.155,9	412,0	29,3	0,3	3.016,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1.1)	16.701,6	9.952,4	-57.636,3	31.054,2	11.535,2	26.276,5	1.992,3	20.788,3	-64.003,0	21.274,4	14.678,2	-4.108,7	14.043,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.726,4	13.458,5	6.416,0
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	10.348,5	41.662,1	-115.529,1	39.888,2	11.997,5	36.842,4	-3.395,4	9.685,2	-91.492,2	42.085,1	21.184,3	9.984,0	14.306,2

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Diferem do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A5 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Nov/2010	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/2011
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.680,0	3.901,2	36.052,1	5.394,7	30.431,4	9.869,3	9.519,9	8.335,7	36.014,6	22.905,3	8.726,4	25.958,5	26.228,8
I.1. Emissão de Títulos	0,0	0,0	33.907,2	1.877,6	21.928,4	5.486,1	5.065,0	4.081,4	32.875,8	7.003,9	4.808,5	21.682,0	22.489,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	3.614,5	3.785,7	1.823,4	3.259,5	3.261,8	4.137,8	4.272,9	4.081,5	2.990,0	3.274,8	3.766,3	4.124,0	3.910,8
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	65,5	115,6	321,5	257,6	205,8	245,4	182,0	172,8	148,8	178,5	151,5	152,5	-171,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	5.035,5	0,0	0,0	0,0	0,0	12.448,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	2.729,8	0,0	48.000,0	3.000,0	27.873,8	9,4	13.906,9	15.000,0	50.464,4	3.800,0	0,0	12.500,0	19.812,9
II.1. Resgate de Títulos	0,0	0,0	41.000,0	0,0	22.780,7	9,4	10.135,6	13.235,4	43.702,0	0,0	0,0	12.008,5	17.787,4
II.2. Encargos da DPMF	2.729,8	0,0	7.000,0	3.000,0	5.093,1	0,0	3.771,2	1.764,6	6.762,4	3.800,0	0,0	491,5	2.025,5
III. RESULTADO (I - II)	950,2	3.901,2	-11.947,9	2.394,7	2.557,6	9.860,0	-4.387,0	-6.664,3	-14.449,8	19.105,3	8.726,4	13.458,5	6.416,0

* Valores apurados pelo conceito de "Liberação", que correspondem à disponibilização, por parte da STN, de limites de saque aos órgãos setoriais. Difere do conceito de "pagamento efetivo" adotado para as demais tabelas desta publicação pois este último corresponde aos valores efetivamente sacados da Conta Única por meio da emissão de OB's. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/10	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/11
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	814.042,8	820.499,3	825.378,0	835.141,9	832.936,1	829.439,2	839.082,5	842.873,7	844.709,9	847.683,6	844.529,0	848.547,6	851.101,3
I.1. DÍVIDA INTERNA	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2	2.485.834,4
DPMFi em Poder do Público ¹	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4
DPMFi em Poder do Banco Central	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6
Demais Obrigações Internas	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6
I.2. HAVERES INTERNOS	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.452,4	1.607.800,5	1.634.733,1
Disponibilidades Internas	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	455.592,3	474.236,5
Haveres junto aos Governos Regionais	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6	486.817,7
Haveres da Administração Indireta	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.076,6	255.597,6	258.022,2
Haveres Administrados pela STN	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	91.184,1	89.790,1	86.213,9	85.490,6	83.232,0	81.278,1	80.796,6	75.677,8	74.274,8	75.012,0	84.330,1	73.533,4	80.519,9
II.1. DÍVIDA EXTERNA	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1	80.925,2
Dívida Mobiliária	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6
Dívida Contratual	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6
II.2. HAVERES EXTERNOS	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	905.226,9	910.289,4	911.592,0	920.632,5	916.168,1	910.717,3	919.879,1	918.551,5	918.984,7	922.695,6	928.859,1	922.081,0	931.621,2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB²	24,2%	24,1%	23,9%	23,9%	23,6%	23,3%	23,3%	23,0%	22,8%	22,8%	22,8%	22,5%	22,6%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A7 - DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/10	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/11
I. DÍVIDA INTERNA	2.260.351,2	2.297.926,4	2.226.341,1	2.274.147,0	2.301.553,3	2.354.545,6	2.364.576,2	2.424.800,6	2.343.666,6	2.387.596,2	2.430.981,4	2.456.348,2	2.485.834,4
I.1. DPMFI EM PODER DO PÚBLICO¹	1.574.922,4	1.603.940,0	1.542.502,8	1.585.996,0	1.611.512,8	1.653.078,6	1.665.211,9	1.729.461,2	1.659.807,1	1.692.957,5	1.723.918,3	1.732.624,8	1.752.613,4
LFT	521.000,7	521.705,3	533.037,4	543.976,5	535.040,2	544.186,9	553.808,7	544.947,7	552.534,0	560.437,3	560.610,9	565.160,1	564.728,6
LTN	338.451,3	354.731,4	291.543,3	309.295,4	328.884,9	341.510,3	368.353,2	416.106,3	333.917,2	347.775,0	365.593,4	357.675,9	380.993,8
NTN-B	366.007,6	374.055,8	382.880,3	391.345,7	406.550,3	421.960,9	391.740,4	412.326,0	427.018,9	432.793,1	441.275,3	451.146,4	443.606,0
NTN-C	63.669,7	64.667,5	63.733,6	64.842,9	60.952,9	60.986,4	61.758,6	62.134,3	60.547,1	61.341,7	61.667,8	61.632,2	62.143,9
NTN-F	249.914,6	253.623,2	236.141,8	241.409,6	245.163,8	250.571,2	254.944,2	260.188,2	252.759,2	256.328,2	260.177,6	263.372,6	266.926,7
Dívida Securitizada	9.434,2	9.096,3	8.980,7	8.947,8	8.986,9	9.030,8	9.673,8	9.063,4	9.032,8	10.086,4	8.982,5	9.009,8	8.989,6
Demais Títulos em Poder do Público	26.444,3	26.060,6	26.185,7	26.178,1	25.933,8	24.832,1	24.933,0	24.695,3	23.997,8	24.195,8	25.610,8	24.627,8	25.224,9
I.2. DPMFI EM PODER DO BANCO CENTRAL	694.817,2	703.203,0	698.962,5	704.500,4	706.365,1	718.842,1	717.204,2	713.645,6	701.172,6	711.318,9	723.190,8	739.455,6	749.061,1
LFT	268.580,1	271.074,1	273.410,9	275.717,6	251.002,7	253.110,7	255.610,5	243.081,5	245.433,4	248.068,6	250.404,0	252.611,6	254.784,4
LTN	111.249,0	112.340,9	108.573,3	111.369,3	129.846,7	136.429,7	142.864,2	144.251,8	127.842,7	133.125,4	139.435,9	128.285,5	134.447,9
Demais Títulos na Carteira do BCB	314.988,1	319.787,9	316.978,3	317.413,5	325.515,7	329.301,6	318.729,5	326.312,2	327.896,4	330.124,8	333.351,0	358.558,5	359.828,8
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-23.749,5	-23.266,3	-28.839,3	-29.660,1	-29.456,7	-30.218,7	-30.324,8	-30.508,3	-29.250,4	-28.320,6	-27.495,6	-26.781,4	-26.610,6
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	14.361,2	14.049,7	13.715,1	13.310,7	13.132,1	12.843,6	12.484,9	12.202,1	11.937,4	11.640,4	11.367,9	11.049,2	10.770,6
II. DÍVIDA EXTERNA	91.429,4	90.096,7	86.491,9	85.788,8	83.534,8	81.600,8	81.075,8	75.972,7	74.639,0	75.434,5	84.821,3	73.937,1	80.925,2
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	72.023,8	69.393,7	66.058,5	65.689,0	63.981,6	62.612,6	62.111,3	61.866,6	60.603,5	61.024,8	68.201,2	63.500,0	69.383,6
Euro	6.643,1	6.633,9	4.734,7	4.636,8	4.569,6	4.638,9	4.108,1	4.044,2	3.966,1	4.077,2	4.236,1	4.038,2	4.198,4
Global US\$	53.079,9	50.354,6	49.672,3	49.295,9	47.582,0	46.040,1	45.960,0	45.670,7	45.023,9	45.225,7	52.148,0	47.547,1	53.153,9
Global BRL	12.138,7	12.247,1	11.491,8	11.597,2	11.703,5	11.810,9	11.919,3	12.028,7	11.490,2	11.595,6	11.701,9	11.809,3	11.917,7
Demais Títulos Externos	162,1	158,2	159,6	159,2	126,4	122,7	123,9	123,0	123,3	126,3	115,1	105,4	113,6
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	19.405,6	20.703,0	20.433,4	20.099,8	19.553,3	18.988,2	18.964,5	14.106,1	14.035,6	14.409,7	16.620,1	10.437,1	11.541,6
Organismos Multilaterais	16.608,1	16.870,3	16.848,5	16.544,8	16.083,7	15.485,2	15.393,4	10.264,8	10.166,8	10.370,7	12.046,9	6.312,1	6.726,4
Credores Privados e Ag. Governamentais	2.797,5	3.832,7	3.584,9	3.555,0	3.469,6	3.503,0	3.571,1	3.841,3	3.868,7	4.039,0	4.573,2	4.125,0	4.815,2
III. DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL (I+II)	2.351.780,7	2.388.023,1	2.312.833,0	2.359.935,8	2.385.088,1	2.436.146,5	2.445.651,9	2.500.773,3	2.418.305,7	2.463.030,7	2.515.802,7	2.530.285,3	2.566.759,6
DÍVIDA DO TESOUREO NACIONAL/PIB¹²	62,9%	63,3%	60,7%	61,3%	61,5%	62,3%	61,9%	62,6%	60,1%	60,8%	61,7%	61,7%	62,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui TDA e dívida securitizada.

¹² PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A8 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Nov/10	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov/11
I. HAVERES INTERNOS	1.446.308,5	1.477.427,1	1.400.963,1	1.439.005,1	1.468.617,2	1.525.106,5	1.525.493,6	1.581.926,9	1.498.956,8	1.539.912,6	1.586.452,4	1.607.800,5	1.634.733,1
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	380.558,8	405.214,1	323.187,3	356.749,4	378.930,0	432.057,2	424.830,3	449.146,5	364.960,7	403.164,2	435.095,3	455.592,3	474.236,5
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	465.282,6	471.705,5	472.794,4	475.634,8	479.273,0	481.784,8	482.685,5	482.259,8	481.916,7	480.493,9	483.523,5	485.813,6	486.817,7
Bônus Renegociados	5.417,7	5.247,9	5.287,3	5.228,4	5.094,2	4.721,1	4.724,4	4.668,2	4.645,0	4.728,2	5.505,0	4.971,7	5.402,3
Haveres Originários do Proef (MP 2.196/01)	2.203,8	2.178,2	2.150,1	2.120,3	2.094,6	2.066,1	2.039,1	2.011,4	1.985,1	1.960,0	1.934,4	1.907,5	1.880,6
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.525,6	11.676,5	11.689,5	11.772,2	11.852,8	11.892,4	11.918,8	11.886,8	11.853,4	11.819,9	11.858,1	11.912,7	11.925,7
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 8.727/93)	34.226,0	33.877,3	33.479,1	32.990,4	32.729,4	32.348,1	31.880,7	31.483,5	31.042,8	30.521,4	30.140,7	29.738,8	29.360,7
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	344.397,9	350.111,0	351.411,2	354.864,9	358.275,8	360.930,9	362.304,4	362.302,6	362.265,1	361.507,8	363.607,3	366.234,8	367.684,0
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	54.810,5	55.764,3	56.043,5	56.733,1	57.379,4	58.057,3	58.234,4	58.349,1	58.606,2	58.483,9	58.939,8	59.490,8	58.951,1
Antecipação de Royalties	10.242,5	10.383,6	10.255,2	9.435,5	9.373,2	9.293,5	9.097,6	9.077,4	9.040,1	8.987,4	9.018,2	9.069,2	9.069,2
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.458,6	2.466,5	2.478,4	2.489,9	2.473,8	2.475,4	2.485,9	2.480,8	2.479,1	2.485,1	2.519,9	2.506,5	2.544,1
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	237.126,3	235.062,9	238.931,9	240.067,1	241.669,9	243.159,1	245.738,6	247.982,7	248.613,3	250.686,2	253.076,6	255.597,6	258.022,2
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	146.031,1	147.714,6	146.958,7	147.961,9	149.142,1	150.092,9	151.872,0	152.822,5	151.117,3	151.923,8	152.804,8	153.621,8	154.522,7
Fundos Constitucionais Regionais	57.494,7	57.973,3	58.617,7	59.413,1	59.921,7	60.553,8	61.251,9	61.940,0	62.625,5	63.296,6	63.843,8	64.492,6	65.192,9
Fundos Diversos	33.600,4	29.375,0	33.355,5	32.692,1	32.606,2	32.512,4	32.614,7	33.220,2	34.870,5	35.465,8	36.427,9	37.483,2	38.306,6
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	363.340,8	365.444,6	366.049,6	366.553,8	368.744,3	368.105,4	372.239,2	402.537,9	403.466,1	405.568,4	414.757,0	410.797,1	415.656,7
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Extintas	5.625,2	5.630,6	5.635,7	5.641,6	5.647,3	5.653,0	5.659,3	5.666,9	5.672,1	5.677,4	5.699,0	5.705,4	5.710,6
Haveres de Operações Estruturadas	51.186,7	51.690,0	52.091,3	52.545,9	50.360,4	50.408,3	53.533,1	53.561,8	53.678,9	54.209,8	56.650,8	55.891,4	57.330,3
Haveres Originários de Privatizações	7.814,6	7.810,4	7.803,1	7.795,8	7.790,9	7.783,8	7.769,8	7.764,6	7.758,8	7.753,2	8.210,5	8.204,5	8.198,0
Haveres de Legislação Específica	270.889,4	273.006,8	273.280,4	273.720,7	278.318,5	277.901,8	278.975,1	309.377,8	310.062,1	311.535,9	317.162,6	314.604,1	317.943,9
Demais Haveres Administrados pela STN	27.825,0	27.306,8	27.239,0	26.849,7	26.627,3	26.358,6	26.301,8	26.166,8	26.294,1	26.392,0	27.034,0	26.391,6	26.474,0
II. HAVERES EXTERNOS	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	245,3	306,6	277,9	298,2	302,8	322,7	279,2	294,9	364,2	422,5	491,2	403,8	405,3
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.446.553,8	1.477.733,7	1.401.241,0	1.439.303,3	1.468.920,0	1.525.429,2	1.525.772,8	1.582.221,8	1.499.321,0	1.540.335,2	1.586.943,6	1.608.204,3	1.635.138,4
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB¹⁾	38,7%	39,2%	36,8%	37,4%	37,9%	39,0%	38,6%	39,6%	37,3%	38,0%	38,9%	39,2%	39,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

1) PIB valor corrente - acumulado em 12 meses.

TABELA A9 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO NOVEMBRO 2011/2010 *

R\$ Mil

ÓRGÃO SUPERIOR	2010						2011					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa Executada	Despesas pagas no ano ¹		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
Câmara dos Deputados	171.279,2	40.897,7	7.768,5	7.669,1	28.114,0	35.783,1	207.035,0	33.476,7	13.402,9	13.049,70	41.945,8	54.995,5
Senado Federal	50.063,0	24.343,0	4.976,1	4.976,1	7.633,5	12.609,5	54.766,5	12.887,7	7.201,5	7.160,4	18.587,8	25.748,2
Tribunal de Contas da União	59.523,7	44.672,8	15.844,8	15.724,2	23.812,6	39.536,7	47.292,1	24.727,9	12.498,3	12.498,3	34.920,9	47.419,2
Supremo Tribunal Federal	52.495,1	12.695,2	4.564,1	4.508,8	9.468,8	13.977,7	50.108,3	8.800,9	3.739,3	3.585,7	19.260,0	22.845,7
Superior Tribunal de Justiça	21.110,4	6.253,8	6.116,4	6.108,9	16.904,3	23.013,2	22.210,4	5.628,2	1.659,8	1.656,7	2.150,6	3.807,3
Justiça Federal	361.252,1	416.257,2	321.691,3	321.339,3	133.529,1	454.868,4	321.474,2	448.680,4	365.403,5	364.273,1	173.783,4	538.056,5
Justiça Militar	9.504,0	5.818,2	1.642,3	1.642,3	3.945,2	5.587,5	12.292,0	3.730,3	1.339,2	1.287,2	3.074,0	4.361,2
Justiça Eleitoral	509.925,4	211.040,7	134.776,7	123.835,0	333.404,8	457.239,8	283.706,7	83.130,9	18.397,2	17.796,0	249.162,6	266.958,5
Justiça do Trabalho	197.328,0	127.696,2	56.777,6	54.339,1	109.114,6	163.453,6	109.114,6	142.343,4	62.026,3	58.780,6	134.468,0	193.248,7
Justiça do Trabalho do Distrito Federal e dos Territórios	64.322,2	32.709,6	9.733,7	9.709,0	32.698,9	42.407,9	124.471,4	34.664,6	6.958,1	6.854,9	27.424,9	34.279,8
Conselho Nacional de Justiça	45.092,4	5.953,3	4.313,0	4.307,2	38.327,2	42.634,5	70.173,2	11.890,7	7.272,9	7.272,9	59.438,6	66.711,3
Presidência da República ³	1.986.267,7	996.359,2	303.914,1	276.370,1	708.529,8	984.899,9	1.588.109,0	675.970,2	444.476,0	437.264,5	617.437,9	1.054.702,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	714.429,8	100.978,3	70.686,5	70.514,7	251.010,8	321.525,6	150.256,6	7.003,9	2.244,7	2.244,7	247.412,6	249.657,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	1.562.977,8	839.134,0	216.130,4	123.564,2	426.441,1	550.005,3	1.199.544,4	240.987,5	84.151,9	79.491,8	885.501,7	964.993,5
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.872.482,1	1.133.713,3	424.371,5	401.757,5	338.043,2	739.800,7	1.312.327,0	698.475,5	353.596,8	297.203,4	513.245,4	810.448,8
Ministério da Fazenda	1.025.516,5	159.981,1	52.658,8	48.934,4	183.284,1	232.218,5	1.514.780,2	554.178,8	399.241,2	397.426,7	594.023,5	991.450,2
Ministério da Educação	7.303.593,4	4.617.402,6	2.137.147,5	1.904.385,3	3.171.254,5	5.075.639,8	9.366.397,1	5.708.241,0	1.882.652,7	1.754.030,5	3.956.567,2	5.710.597,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	319.023,1	40.684,7	14.223,1	13.599,1	13.104,3	26.703,5	75.473,7	12.803,4	5.876,4	5.854,5	17.767,6	23.622,1
Ministério da Justiça	1.218.429,8	441.205,3	119.841,5	111.707,8	359.252,2	470.960,0	1.553.373,3	210.822,2	65.111,0	63.546,4	469.731,6	533.278,1
Ministério de Minas e Energia	185.803,9	31.308,5	18.569,5	14.891,2	24.759,9	39.651,1	198.523,1	24.506,3	10.809,2	10.577,9	28.882,4	39.460,3
Ministério da Previdência Social	181.969,0	54.768,6	31.174,3	27.746,7	293.181,5	320.928,3	131.106,7	38.518,3	12.816,1	7.633,9	159.227,0	166.860,9
Ministério Público da União	162.604,6	43.494,5	23.241,7	23.210,0	96.947,7	120.157,6	298.157,5	92.785,3	28.112,9	28.002,1	124.217,5	152.219,6
Ministério das Relações Exteriores	163.000,0	37.663,6	33.928,8	33.926,5	3.380,5	37.306,9	66.965,0	19.650,3	18.523,7	18.523,6	1.296,1	19.819,6
Ministério da Saúde	4.721.861,0	2.046.096,1	609.640,5	593.753,0	1.586.282,4	2.180.035,4	5.563.493,7	1.536.185,1	390.169,1	384.634,5	1.653.403,1	2.038.037,6
Ministério do Trabalho e Emprego	53.687,5	14.802,0	4.422,9	4.038,1	26.471,2	30.509,3	99.336,2	14.888,9	8.278,8	8.242,5	20.455,5	28.698,0
Ministério dos Transportes	16.390.158,2	12.151.040,3	5.761.696,0	5.281.512,2	5.939.002,0	11.220.514,2	17.410.859,4	11.148.513,8	4.742.880,4	4.602.626,8	6.459.290,4	11.061.917,2
Ministério das Comunicações	46.941,4	14.610,3	4.323,9	4.323,9	15.174,0	19.497,9	348.751,4	78.851,5	46.758,7	46.482,0	317.782,9	364.264,9
Ministério da Cultura	449.991,2	160.419,9	46.160,4	34.431,2	55.388,7	89.820,0	530.833,9	42.596,1	8.902,1	8.805,2	81.720,4	90.525,6
Ministério do Meio Ambiente	104.687,8	33.985,1	8.382,1	7.453,4	29.082,5	36.536,0	289.711,3	83.750,1	14.308,1	13.990,4	87.215,2	101.205,6
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.814.689,3	973.088,0	545.348,0	540.716,0	481.171,9	1.021.887,9	1.873.050,7	719.470,5	472.233,7	472.233,7	479.437,3	951.670,0
Ministério do Esporte	1.353.422,3	499.185,0	15.059,9	15.049,3	264.922,8	279.972,1	1.622.861,9	188.829,7	3.861,9	3.861,9	126.607,7	130.469,6
Ministério da Defesa	9.662.727,5	6.209.835,5	3.675.776,5	3.536.035,9	2.074.656,3	5.610.692,2	7.119.400,9	4.912.518,6	2.500.345,6	2.460.019,8	3.671.506,7	6.131.526,5
Ministério da Integração Nacional	7.301.908,0	4.326.168,6	1.947.103,0	1.849.057,1	2.283.873,5	4.132.930,6	5.117.760,4	1.890.262,7	602.385,1	587.350,2	1.678.061,7	2.265.411,9
Ministério do Turismo	3.215.566,8	1.435.831,3	59.094,4	55.494,4	581.666,0	637.160,5	2.625.219,8	212.314,9	673,6	673,6	421.564,8	422.238,4
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	360.920,8	221.316,7	131.920,4	131.920,4	69.769,6	201.690,0	514.160,6	306.526,0	92.193,4	92.193,4	116.225,3	208.418,6
Ministério das Cidades	8.228.802,4	3.822.036,9	1.422.858,3	1.398.909,9	2.674.954,6	4.073.864,5	7.625.820,1	3.174.674,3	649.121,0	502.457,0	2.410.430,3	2.912.887,3
Ministério da Pesca e Agricultura	465.301,0	112.082,5	26.536,7	26.536,7	48.606,1	75.142,8	282.894,5	18.897,1	2.679,2	1.275,9	72.552,2	73.828,1
Conselho Nacional do Ministério Público	465.301,0	1.282,7	908,0	908,0	-	908,0	62.986,3	916,2	265,6	265,6	854,0	1.119,6
TOTAL	72.873.959,2	41.446.812,4	18.273.323,4	17.084.906,0	22.737.164,2	39.822.070,2	70.038.079,9	33.423.100,3	13.342.567,7	12.781.126,8	25.976.634,6	38.757.761,3

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui 'Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XVI - nº 11 - Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

NOVEMBRO / 2011

Comentários

Em novembro de 2011 os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de - 5,6 %, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 8.391.416,7 (mil), ante R\$ 7.942.795,0 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: -> Governo (Estadual ou Municipal) -> Receitas -> Repasses de recursos -> [Clique aqui](#) para acessar o demonstrativo.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	R\$ Mil								
	2010			2011			Variação Nominal		
	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Outubro	Novembro	Janeiro a Novembro	Nov/2011 Out /2011	Nov/2011 Nov/2010	Jan- Nov/2011 Jan- Nov/2010
FPM	3.114.943,9	3.734.084,1	36.132.544,8	4.061.656,6	4.291.455,4	45.322.745,8	5,7%	14,9%	25,4%
FPE	2.976.501,9	3.568.124,7	34.526.652,3	3.881.138,4	4.099.961,3	43.307.637,4	5,6%	14,9%	25,4%
IPI-Exp	261.755,1	278.841,9	2.620.589,6	357.090,6	334.916,1	3.149.304,9	-6,2%	20,1%	20,2%

Obs.: Valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

Previsto x Realizado

MÊS	FPE		FPM *		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
NOVEMBRO	+ 11 %	+ 5,6 %	+ 11 %	+ 5,7 %	- 3 %	- 6,2 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	DEZ/NOV	JAN/DEZ	FEV/JAN
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 15 %	+ 3 %	+ 9 %
IPI - EXP	+ 10 %	- 7 %	- 6 %

Obs.: Não foi considerado o efeito, para o FPM, da parcela referente à Emenda Constitucional 55/2007 (1%)

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/10/2011 a 20/11/2011, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
OUT/3º DEC	2.975.546	12.166.570	15.142.116	NOV/1º DEC	2.606.445	2.728.473	238.151	5.573.069
NOV/1º DEC	851.004	1.614.179	2.465.183	NOV/2º DEC	424.012	443.733	68.080	935.825
NOV/2º DEC	358.554	5.859.497	6.218.051	NOV/3º DEC	1.069.505	1.119.249	28.684	2.217.438
TOTAL	4.185.105	19.640.245	23.825.350	TOTAL	4.099.961	4.291.455	334.916	8.726.333

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e recebimentos de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% referentes à retenção para o FUNDEB;
- Nas transferências do 1º decêndio de novembro estão incluídas parcelas de atualização monetária das quotas dos Fundos, creditadas em 28/1/10, 19/8/10, 20/12/10 e 27/7/11, referentes à classificação dos Depósitos Judiciais – Dívida nos seguintes montantes, já descontado o FUNDEB – FPE R\$ 2.001,1 mil, FPM R\$ 2.094,2 mil e IPI-Exp R\$ 107,7 mil.
- Estão também incluídos naquele decêndio o crédito da cota de 1% de FPM (EC nº 55/2007), decorrente da classificação dos Depósitos Judiciais – Dívida Ativa, referente ao período de julho a novembro de 2010, no montante de R\$ 655,2 mil e ainda a correspondente atualização monetária no total de R\$ 142,8 mil.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI-EXP
ACRE	AC	21.214,5	140.259,7	41,2
ALAGOAS	AL	102.011,0	170.562,5	524,1
AMAZONAS	AM	63.364,2	114.405,3	3.451,4
AMAPÁ	AP	15.191,4	139.890,7	377,1
BAHIA	BA	393.546,8	385.240,6	20.302,2
CEARÁ	CE	223.600,6	300.810,1	2.668,1
DISTRITO FEDERAL	DF	7.164,4	28.297,9	423,4
ESPÍRITO SANTO	ES	73.776,3	61.499,4	16.385,3
GOIÁS	GO	156.525,0	116.566,0	5.521,3
MARANHÃO	MA	178.412,6	295.943,4	3.411,9
MINAS GERAIS	MG	562.162,4	182.632,8	43.891,4
MATO GROSSO DO SUL	MS	65.281,5	54.611,5	4.226,5
MATO GROSSO	MT	78.285,6	94.623,0	4.843,6
PARÁ	PA	156.008,5	250.589,6	14.960,3
PARAÍBA	PB	138.538,0	196.343,0	516,1
PERNAMBUCO	PE	215.147,8	282.905,5	2.089,3
PIAUÍ	PI	113.623,9	177.175,7	108,8
PARANÁ	PR	289.349,3	118.210,1	27.608,1
RIO DE JANEIRO	RJ	125.868,9	62.635,1	59.429,0
RIO GRANDE DO NORTE	RN	108.024,9	171.292,3	440,2
RONDÔNIA	RO	37.705,3	115.438,5	576,8
RORAIMA	RR	13.185,5	101.707,7	29,0
RIO GRANDE DO SUL	RS	290.675,7	96.545,9	36.648,8
SANTA CATARINA	SC	167.060,2	52.471,3	19.159,8
SERGIPE	SE	62.335,6	170.365,7	112,8
SÃO PAULO	SP	572.494,9	40.999,6	66.983,2
TOCANTINS	TO	60.900,6	177.938,3	186,3
TOTAL		4.291.455,4	4.099.961,3	334.916,1

Observação: valores já deduzidos da retenção para o FUNDEB (-20%);

No Diário Oficial da União do dia 9 de dezembro de 2010, foi publicada a Portaria STN nº 680, de 8 de dezembro de 2010, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2011, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais

Fone: (61) 3412-3116-Fax: (61) 3412-3026

Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br